



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

CURSO DE PEDAGOGIA

RENATA GOMES BATISTA OLIVEIRA

**A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL A PARTIR DE 1998 E AS  
EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO DOS PROFESSORES EM GOIÁS**

GOIÂNIA

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA

RENATA GOMES BATISTA OLIVEIRA

**A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL A PARTIR DE 1998 E AS  
EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO DOS PROFESSORES EM GOIÁS**

Trabalho apresentado a Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, para obtenção de nota parcial na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, orientado pela prof<sup>a</sup> dr<sup>a</sup> Maria Margarida Machado.

GOIÂNIA

2014

RENATA GOMES BATISTA OLIVEIRA

**A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL A PARTIR DE 1998 E AS  
EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO DOS PROFESSORES EM GOIÁS**

Trabalho apresentado a Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, para obtenção de nota parcial na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso.

Aprovada em 08 de Dezembro de 2014.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup> Dra<sup>a</sup> Maria Margarida Machado (orientadora)  
UFG- Universidade Federal de Goiás

---

Prof<sup>a</sup> Dra<sup>a</sup> Mariana Cunha Pereira  
UFG- Universidade Federal de Goiás

As minhas avós, Maria e Laura (*in memoriam*)  
exemplos de força, coragem e determinação.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por estar ao meu lado em todos os momentos difíceis da minha vida e principalmente por permitir a conclusão dessa etapa acadêmica.

Ao meu querido esposo Eduardo, pelo companheirismo, credibilidade e pela compreensão dos inúmeros momentos dedicados a este trabalho.

Ao meu pai e meus irmãos, obrigado por fazerem parte da minha vida e por se alegrarem a cada passo importante dado por mim.

A minha mãe Isabel, pela força e amor incondicional manifestado todos os dias e principalmente naqueles mais difíceis.

A minha irmã Raquel por ter me acolhido em sua casa durante muitos anos, obrigado pelo cuidado e pela compreensão.

Aos meus lindos sobrinhos, Calebe e Isabella pelos momentos maravilhosos, tornando mais fácil essa jornada.

A minha professora orientadora, Maria Margarida Machado pela paciência, esforços, contribuição com seus valiosos conhecimentos e orientação cuidadosa durante todo o trabalho.

Muito obrigada a todos!

## RESUMO

Tendo em vista que a partir da segunda metade da década de 1990, houve um intenso processo de debates e reivindicações a respeito do tema Educação do Campo, percebe-se a importância de apresentar este cenário de lutas e os resultados alcançados após estes debates. Sendo assim, este trabalho constitui-se uma pesquisa bibliográfica e documental, tendo como objetivo geral analisar a reconfiguração da educação do campo no Brasil, a partir da década de 1990, identificando o marco inicial desse modo de se pensar a educação e suas consequências para formação de professores, com atenção específica ao que ocorreu no Estado de Goiás. Os objetivos específicos foram caracterizar a educação do campo no Brasil até sua reconfiguração na década de 1990 e identificar as ações e políticas voltadas para a formação de professores para a educação no campo, explicitando a experiência no estado de Goiás. Para tanto, foi usada como mediação para a prática dessa pesquisa, as pesquisas bibliográficas e documentais. Para a fundamentação documental foram analisados documentos oficiais, como leis, resoluções e pareceres, e para a fundamentação bibliográfica baseou-se em Caldart (2003), Leite (1999), Germano (1990), Arroyo (2007) e Molina (2011), dentre outros. Foram utilizados também os relatórios finais dos módulos do Curso de Pedagogia da Terra e o PPC do curso de Licenciatura em Educação do Campo, ambos realizados no estado de Goiás, estes projetos buscam contemplar algumas das reivindicações feitas por movimentos sociais e educadores ligados ao campo nas Conferências para a Educação do Campo. A pesquisa me possibilitou o conhecimento de projetos específicos e reflexões que defendem a cultura do meio rural e buscam a valorização das pessoas do campo por meio de muitos aspectos, especialmente por meio da educação.

Palavras-chaves: Educação do campo. Formação de professores. Pedagogia da Terra. Licenciatura em Educação do Campo

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1-Uma cena radiofônica de Paulicéia.....	14
Figura 2- Livro de leitura para adultos.....	18
Figura 3- Livro de Leitura para adultos.....	19
Figura 4-Livro de leitura Viver é Lutar.....	20
Figura 5. Folder do I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária.....	27
Figura 6. Folder da Conferencia Nacional Por uma Educação Básica do Campo.	28
Figura 7- Percepção sobre os motivos pelos quais alunos assentados vão estudar na cidade (%RM) - Brasil e grandes regiões- 2004. ....	33
Figura 8- Foto dos Formandos do curso de Pedagogia da Terra FE/UFG.....	51

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1-Matriz Curricular do curso de Pedagogia da Terra.....	42
Quadro 2- Títulos de Monografias do curso de Pedagogia da Terra FE/UFG..	49
Quadro 3- Matriz curricular do curso de licenciatura em Educação do Campo/ Catalão.....	54



## LISTA DE SIGLAS

ACAR	Associação de Crédito e Assistência Técnica
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNER	Campanha Nacional de Educação Rural
CPC	Centros Populares de Cultura
CNTTR	Conselho Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CEB	Câmara da Educação Básica
CAC	Campus de Catalão
CCG	Campus Cidade de Goiás
EFA's	Escolas Famílias Agrícolas
ENERA	Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária
ECR	Escola Comunitária Rural
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
ENFOC	Escola Nacional de Formação da Contag
FONEC	Fórum Nacional de Educação do Campo
FE	Faculdade de Educação
GPT	Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MST	Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MEB	Movimento de Educação de Base
MCP	Movimento de Cultura Popular
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Educação
NC	Núcleo Comum
NE	Núcleo Específico
NL	Núcleo Livre

PPC	Projeto Político do Curso
PCC	Prática como Componente Curricular
PROCAMPO	Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do campo
PNERA	Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária
PRONACAMPO	Programa nacional de Educação Do Campo
PJR	Pastoral da Juventude Rural
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PCB	Partido Comunista Brasileiro
RGCG	Regulamento Geral dos Cursos de Graduação
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SEESP	Secretaria de Educação Especial
SECADI	Secretaria de educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SESU	Secretaria de Educação Superior
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TE	Tempo Escola
TC	Tempo Comunidade
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFBA	Universidade Federal da Bahia

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	9
CAPITULO I- Da educação rural à educação do campo.....	12
1.1 A educação rural no Brasil após o século XX.....	13
1.2 Reorganização da educação do campo após 1990.....	25
CAPÍTULO II. A formação de educadores para atuarem na educação do campo	36
2.1 Ações defendidas a partir das conferências para a educação do campo sobre formação de professores.....	36
2.2 Experiências de formação de professores do campo em Goiás.....	40
2.2.1 Pedagogia da Terra.....	41
2.2.2 Curso de Licenciatura em Educação do Campo.....	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS.....	61
ANEXOS.....	

## INTRODUÇÃO

Sempre gostei muito de ler e escrever. A leitura para mim permite a qualquer pessoa, além de muito conhecimento, a arte de imaginar. Por ter muito interesse por este universo, de escrita e leitura, escolhi ingressar no curso de Pedagogia.

Ao longo do curso, percebi o quanto o mesmo é abrangente e envolve muito mais do que a escrita e a leitura. Um dos assuntos de destaque e à concepção que a sociedade tem do professor, onde se faz uma ligação da profissão com o instinto maternal da mulher, tanto que a maioria dos profissionais da educação, em especial da Educação Infantil e Ensino Fundamental são mulheres.

Pensando assim, o tema escolhido para a elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) estava relacionado com a inserção da mulher nesta profissão no estado de Goiás. Logo no início das leituras sobre o assunto, percebi a dificuldade em trabalhar este tema, especialmente por se tratar de algo que demanda um tempo de estudo além do que temos no final de uma graduação.

Ao pesquisar outras possibilidades, me interessou a Educação no Campo, isto por ser um assunto relacionado com a minha história de vida e por termos vistos pouco sobre o tema durante o curso. Sendo assim, a elaboração do TCC consistiu em pesquisar a diferença da educação rural para a educação do campo, identificando os debates apresentados para que essa mudança ocorresse e o que de fato mudou dentro das escolas, dando ênfase a formação dos professores atuantes nesse contexto escolar.

A educação no Brasil, por muito tempo era algo disponível somente para a elite, portanto não estava acessível para todas as populações, principalmente para as do meio rural. Porém, com o desenvolvimento industrial e tecnológico, o analfabetismo não poderia continuar fazendo parte do cenário brasileiro, iniciando-se assim vários projetos e campanhas de alfabetização para tornar o Brasil um país desenvolvido.

A fim de estabelecer um sistema público de ensino para o campo, mobilizações começaram a surgir, organizadas por sindicatos de trabalhadores rurais, associações de profissionais da educação, organizações comunitárias do campo, setores da igreja católica e organizações ligadas à reforma agrária.

Diante dessas mobilizações, a Constituição de 1988 passou a garantir o direito de todos à educação devendo esta, estar acessível a toda a população. Outro avanço nesse contexto foi no estabelecimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96) a adequação da educação às peculiaridades da vida rural.

Em 1998, foi criada a “Articulação Nacional por uma Educação do Campo”, uma entidade que passou a promover ações para escolarização dos povos do campo em nível nacional. No mesmo ano, tal Articulação promoveu em Luziânia GO, a I Conferência Nacional Por Uma Educação Básica no Campo, com o objetivo de discutir e criar propostas específicas para a educação no campo. Uma das propostas da Conferência era de,

Construir trabalho pedagógico, específico e articulado com técnicos, pesquisadores e educadores para que busquem conhecer e respeitar os valores culturais dos povos do campo, de acordo com suas regiões, tendo como eixo a construção do conhecimento e o processo participativo. (BRASIL, 1998 p.2)

Portanto, ao longo desse trabalho analisaram-se as mudanças na concepção de educação do campo desde esta Conferência em 1998. Buscou-se fazer uma caracterização sobre a educação do campo mostrando, as alternativas que vem sendo elaboradas e a manutenção de outras que há alguns anos existem, como a Pedagogia da Alternância para oferecer educação com qualidade no campo.

A Pedagogia da Alternância é um método de ensino onde se alterna o processo de ensino-aprendizagem no contexto familiar e na escola. No Brasil, este modelo de ensino é desenvolvido na Escola Famílias Agrícola (EFAs), nas Casas Familiares Rurais (CFRs) e nas Escolas Comunitárias Rurais (ECRs). Em Goiás, a Pedagogia da Alternância é realizada nas Escolas Famílias Agrícola (EFAs).

De acordo com (Queiroz, 1997 p.63) ”as EFAs querem proporcionar aos jovens do meio rural uma possibilidade de educação a partir de sua realidade, da sua vida familiar e comunitária e das suas atividades”.

Dentro dessa discussão, foram levantadas questões como: Quais as políticas foram implementadas para a educação do campo? Quais as políticas desenvolvidas para a formação dos professores? Essas questões foram pesquisadas tanto em âmbito nacional, quanto no que se refere à educação do campo no estado de Goiás, visando uma melhor compreensão do seu contexto, bem como a estrutura do currículo pedagógico dos cursos de formação de professores.

Foram usadas como mediação para a prática dessa pesquisa, as pesquisas bibliográficas e documentais. A pesquisa bibliográfica é feita em documentos como, artigos, livros, teses, que são resultados de pesquisas anteriores, tais textos servirão como fonte da pesquisa a ser realizada. De acordo com Lakatos,

Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi

escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferencias seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas. [...] Dessa forma, a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras. (LAKATOS, 2003 p.183).

Dentro desse conceito de pesquisa foram utilizados, livros, teses de mestrado e doutorado, artigos de revistas e periódicos. Já a pesquisa documental é feita em documentos legais ou oficiais, jornais, filmes, documentários, onde “os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise”. (SEVERINO, 2003, p 123).

Dessa forma, para esta pesquisa foram manuseados, documentos oficiais , como leis, resoluções, pareceres, assim como o projeto da Proposta Política do Curso de Licenciatura em Educação do Campo de Catalão/GO e os relatórios do curso de Pedagogia da Terra ofertada na Faculdade de Educação na Universidade Federal de Goiás.

O trabalho foi dividido em dois capítulos. No capítulo I foi realizada uma caracterização sobre a trajetória da educação rural após o século XX, traçando aspectos importantes da educação no espaço rural e o caminho para que a educação rural deixasse de ser pensado como tal para ser pensada como educação do campo. No segundo capítulo foram pesquisados os programas e as ações elaborados pelos movimentos sociais e pelo governo federal para a formação dos professores da educação do campo, enfatizando as experiências dessa formação no estado de Goiás, especificamente por meio dos cursos de Pedagogia da Terra e Licenciatura em Educação do Campo.

## CAPÍTULO I

### **Da educação rural à educação do campo**

De forma geral, ainda hoje, a educação não é algo prioritário no nosso país, porém, a educação no campo é menos privilegiada ainda. Até por volta das primeiras décadas do século XX, a educação estava acessível prioritariamente à elite econômica do país. A educação rural por sua vez, era constituída com base no assistencialismo, ensinando somente as primeiras letras, com a intenção em manter as pessoas do campo no campo e manter a exploração por parte dos grandes donos de terra.

A busca por uma educação rural com qualidade foi marcada por várias lutas, muitos movimentos e organizações realizaram debates e propuseram programas, na tentativa de favorecer a inclusão de políticas públicas para tal educação no país e que, de fato a educação ofertada contribuísse para erradicar alguns dos problemas presentes no meio rural, como por exemplo, o analfabetismo.

Ao longo dos anos, a educação rural ganhou uma nova definição, “educação do campo” fruto da luta de educadores como Miguel Arroyo e Roseli Caldart e de movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que com a intenção de erradicar a exploração no meio rural e com o intuito da conquista da terra, começaram a lutar em favor das populações camponesas, além de lutar em favor de uma educação que contemple as especificidades daqueles que vivem no meio rural.

Dessa forma, o que se pretende na elaboração do capítulo a seguir é trazer o histórico da educação rural no Brasil, enfatizando as lutas e movimentos em busca de educação para as populações do meio rural, e dessa forma verificar o marco da reorganização da educação nesse espaço, a partir da década de 1990, fazendo um levantamento de debates, seminários, conferências e inserção da educação do campo na agenda política do país.

O que se pretende no capítulo I desse trabalho, é, inicialmente, a apresentação do contexto da educação rural durante o século XX e, posteriormente, fazer uma análise do processo de reorganização da educação nesse espaço, mostrando os debates, seminários e conferências realizadas e as leis criadas pelo governo, na busca pela efetivação de uma educação voltada para as populações do campo

## 1.1 A educação rural no Brasil após o século XX

A educação no Brasil, até por volta do século XX, não esteve acessível a todas as camadas populacionais, especialmente as do meio rural. A educação atendia prioritariamente a elite econômica do país, porém, no início do século XX, os republicanos começaram a buscar a modernidade, especialmente pelo processo de industrialização. Dessa forma, a educação escolar seria o início de tal processo, mas, inicialmente o foco estava concentrado na educação nos espaços urbanos, no meio rural, nenhum esforço por parte dos governantes estava sendo desenvolvido.

De acordo com Leite (1999) “a sociedade brasileira somente despertou para a educação rural, por ocasião do forte migratório interno dos anos 1910/20, quando um grande número de rurícolas deixou o campo em busca das áreas onde se iniciava um processo de industrialização mais amplo.” Essa preocupação se dava principalmente pelo fato da migração dessas populações ocasionarem um enfraquecimento do coronelismo que dominavam as populações do meio rural, para Calazans (1993) “[...] as classes dominantes brasileiras, especialmente as que vivem do campo, sempre demonstraram desconhecer o papel fundamental da educação para a classe trabalhadora”. (p. 16)

Neste período, por volta da década de 1920, surgiu o Ruralismo Pedagógico com o intuito de beneficiar as populações do campo adequando à educação e o trabalho, e dessa forma promover a permanência das famílias do campo no campo. Porém, tal preocupação de acordo com Leite (1999) “mascarava a preocupação maior: esvaziamento populacional das áreas rurais, enfraquecimento social e político do patriarcalismo e forte oposição ao movimento progressista urbano...” além de evitar a ocorrência de problemas sociais que começaram a surgir nas cidades com o alto crescimento da migração do rural para o urbano.

Ainda na década de 1920, surge no Brasil uma modalidade de ensino cujo instrumento disseminador foi o rádio. A primeira rádio disseminadora desses cursos de alfabetização a distância foi a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, no período de 1923 a 1925 o qual se alcançava um grande número de pessoas analfabetas ao mesmo tempo e possuía um custo financeiro baixo.



A partir de 1930 até 1960 surgem outras iniciativas que utilizam o rádio para ofertar a educação popular. Em 1933 surgiu a Confederação Brasileira de Radiodifusão que reunia as principais rádios que existiam no país, e em 1957, é criado por meio do Ministério da Educação o Sistema Rádio-Educativo Nacional (Sirena).

**Figura 1- Uma cena radiofônica de Paulicéia.**



Fonte: [thmatarazzo.bloguepessoal.com/277496/Uma-cena-radiofonica-da-Pauliceia/](http://thmatarazzo.bloguepessoal.com/277496/Uma-cena-radiofonica-da-Pauliceia/)

Em relação ao ruralismo pedagógico, este permaneceu até por volta dos anos de 1930 no Brasil, a partir de então a educação começou a ser pensada por outra perspectiva, de acordo com Leite (1999) tal transformação ocorreu devido “as tendências escalonovistas e progressistas em educação lançadas pelos “Pioneiros de Educação Nova” e por [...] novas tendências sociais e políticas oriundas das reivindicações urbanizantes iniciadas na década de 1920”.

Os Pioneiros da Educação Nova a que se refere o autor citado acima foi à composição de um grupo de educadores que lançaram em 1932 o *Manifesto Dos Pioneiros da Educação Nova* o qual se criticavam a educação daquele período, pois não atendiam as necessidades do país, ao mesmo tempo, tais educadores defendiam uma educação obrigatória, gratuita e laica, que estivesse acessível a todos os cidadãos, independentemente da camada social, além disso, o Manifesto propunha outras soluções na área educacional do país.

No ano de 1937, alguns anos após o Manifesto, o Estado dá indícios de preocupação com a educação rural, criando a Sociedade Brasileira de Educação Rural, pensada,

[...] com o objetivo de expansão do ensino e preservação da arte e folclore rurais. O sentido de contenção que orienta as iniciativas no ensino rural se mantém, mas, agora, coloca-se explicitamente o papel da educação como canal de difusão ideológica. Era preciso alfabetizar, mas sem descuidar dos princípios de disciplina e civismo. (MAIA, 1982 p 28.)

Já na década de 1940, a educação rural foi reforçada primeiramente em 1942 no VIII Congresso Brasileiro de Educação realizado no estado de Goiás que, apesar de não definir de forma clara os meios para ofertar a educação no ambiente rural, reconheceu a sua importância para a manutenção da produção agrícola do Estado, visto que, neste período havia um alto índice de migração da população da zona rural para as cidades.

Outros reforços em relação à educação rural na década de 1940 foram à criação da Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações rurais (CBAR) resultado de acordo entre o governo brasileiro e o governo americano que,

[...] tinha por objetivo a implantação de projetos educacionais na zona rural e o desenvolvimento das Comunidades campestres, mediante a criação de Centros de Treinamento (para professores especializados que repassariam as informações técnicas aos rurícolas), a realização de Semanas Ruralistas (debates, seminários, encontros, dia-de-campo etc.) (LEITE, 1999 p 32).

Este acordo entre os governos brasileiro e americano e conseqüentemente os seus projetos, para Calazans (1993),

São pacotes que chegam prontos e acabados, moldados por uma realidade diversa. Parece não se questionar a inadaptação de seus métodos e conteúdos à realidade brasileira... [...] pretendia-se, com tais programas, um esforço de integração – um tema recorrente no discurso oficial brasileiro, permanentemente a contrastar o caráter continental do país com os ideais de unidade política. (p. 27-28)

O que se percebe é que os objetivos dos projetos para a educação rural neste período são comandados por uma lógica econômica vinda de fora. Um dos fatores que demonstram que o governo não estava de fato preocupado com a educação para as populações rurais, é a promulgação da Constituição Brasileira em 1946, o qual o governo transfere a responsabilidade da oferta da educação para as empresas agrícolas que possuíam grande número de empregados. O artigo 168 prevê que;

Art. 168 - A legislação do ensino adotará os seguintes princípios:  
[...] III - as empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem

mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos destes; (BRASIL, 1946).

Em 1948, dois anos após a efetivação da Constituição, foi criada em Minas Gerais, a Associação de Crédito e Assistência Técnica (ACAR) com o apoio do governo americano que tinha como principal objetivo a captação de recursos técnicos e financeiros, além da responsabilização pela coordenação de programas de extensão para o meio rural, posteriormente a associação recebeu a denominação de Emater.

Um dos programas de extensão de destaque na educação rural foi o Programa de Extensão Rural que teve como objetivo, além do combate à carência e as doenças, o foco na tratativa da ignorância e de outros fatores negativos, especialmente voltados para as populações do meio rural que, eram vistos pelo programa, como altamente carentes e necessitados de assistências. Leite (1999) afirma que,

O projeto em si apresentava um modelo de educação e de organização sócio-produtiva que permitia a proliferação de um tipo de escolaridade informal cujos princípios perpetuavam a visão tradicional colonialista-exploratória, só que, doravante com uma rotulação liberal moderna: desenvolvimento agrário. (p.34)

Já na década de 1950, dois projetos tiveram destaque no que se refere a atividades desenvolvidas para as populações rurais, o primeiro foi a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) pensada para oferecer preparação de técnicos, para a oferta de educação de base, e o outro projeto foi à criação do Serviço Social Rural (SSR) que propunha programas nas áreas de saúde, economia doméstica, artesanato, entre outros, a fim de promover melhores condições de vida às pessoas que viviam nos espaços rurais.

Em 1960 surge no Brasil, as Escolas Familiares Rurais que possuem como metodologia de ensino, a Pedagogia da Alternância que, consiste na alternância do aluno entre, duas semanas em casa e uma semana na escola, isso a cada mês de aula, durante todo o período da realização de suas atividades educacionais, tal método de ensino foi exportado da França e da Itália. De acordo com Queiroz (1997), no Brasil existem dentro dessa mesma Pedagogia da Alternância, as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), as Casas Familiares Rurais (CFRs) e a Escola Comunitária Rural (ECR). Apesar de todas terem o mesmo princípio educativo, possuem algumas diferenças entre si.

A EFA surgiu a partir de experiências italianas e tem forte ligação com a Igreja Católica, o período de alternância é de 15 dias na Escola e 15 dias em casa com a família e o seu ensino esta voltado para a formação escolar seriada de 5ª a 8ª series. Já a CFR teve sua origem ligada à França, a sua opção de ensino é pela segunda fase do

primeiro grau e ministra a formação técnica, além de ter o período de alternância de uma semana na Escola e duas semanas na família. As ECR estão presentes no estado do Espírito Santo, tanto a CFR como a EFA estão presente em praticamente todos os estados brasileiros.

Ainda na primeira década de 1960, especificamente de 1961 a 1964, houve intensas ações promovidas pelos Movimentos de Educação Popular. Neste contexto, os movimentos que mais se destacam segundo Germano (1990) e Paiva (1987) são: O Movimento de Cultura Popular do Recife (MCP), os Centros Populares de Cultura (CPC), o Movimento de Educação de Base (MEB) e a União Nacional de Estudantes (UNE).

A União Nacional dos Estudantes foi organizada como a entidade máxima dos estudantes em 1937, desde então se organizou em debates e congressos em defesa de educação de qualidade. A entidade com o tempo fortaleceu a sua posição frente a assuntos de aspectos nacionais, principalmente no referente a reformas do ensino.

Em 1961, a UNE ganhou um importante aliado no que se refere à oferta de educação, que foi o Centro Popular de Cultura (CPC). O Centro Popular de Cultura teve a sua criação em 1961 no estado do Rio de Janeiro, organizado por jovens intelectuais e artistas que estavam preocupados com a vida política e social do país. O CPC inicialmente foi organizado na forma de teatro, destinado às classes populares, logo, a iniciativa ganhou apoio de grupos ligados ao cinema, às artes plásticas e a filosofia. Para a peça chegar até o público, os integrantes do movimento criaram um circo que percorria os bairros, apresentando espetáculos, filmes, palestras, exposições de artes, entre outros, permanecendo em cada bairro por aproximadamente 20 dias, deixando organizado nesses bairros, um núcleo de cultura popular.

Porém, a realização do projeto possuía um alto custo, e o CPC viu a necessidade de se vincular a uma entidade já organizada e que pudesse favorecer condições materiais para continuar a realização do projeto, daí surgiu à vinculação à União Nacional dos Estudantes (UNE). O CPC da UNE como ficou conhecido teve como finalidade iniciar uma construção nacional de cultura popular. A partir daí, novos centros surgiram no país, nas grandes cidades e também no interior. Apesar do CPC da UNE ser o modelo de orientação geral, os novos Centros possuíam autonomia em seu funcionamento, e algumas vezes divergiam do modelo de política cultural apresentado pelo CPC da UNE, indicando a necessidade de rever esse conceito, porém, a partir de 1964 os Centros foram extintos.

As atividades do CPC da UNE não estavam restritas ao teatro, a entidade promoveu diversos cursos nas áreas de cinema, filosofia e artes plásticas, além de iniciar após 1963, um projeto de alfabetização. Estas atividades promovidas pela CPC da UNE foram expostas em publicações próprias da entidade, que desenvolveu também no que se refere à alfabetização, um material didático próprio. Abaixo está exposto um dos modelos da cartilha de alfabetização do CPC.

**Figura 2. Livro de leitura para Adultos.**



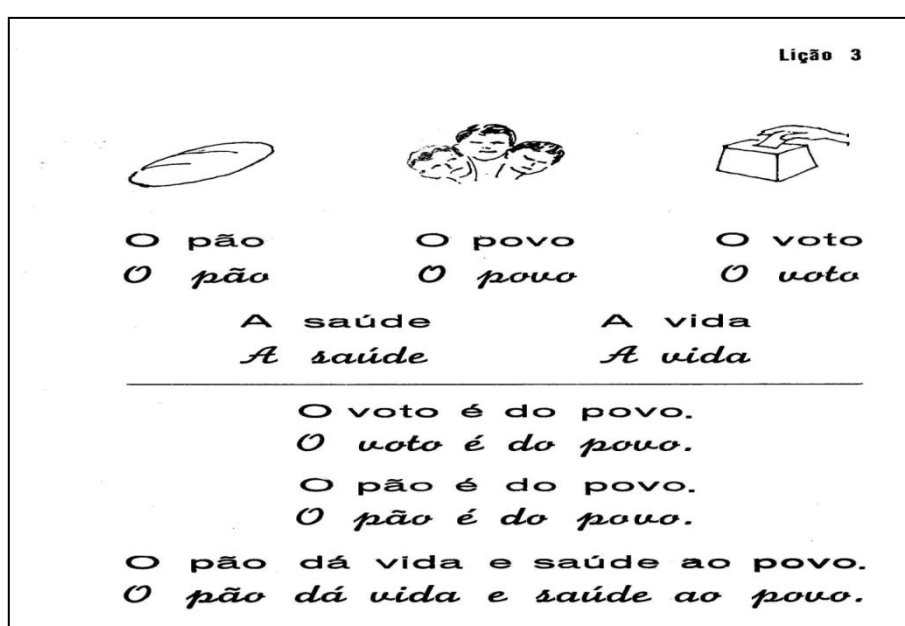
Fonte: [forumeja.org.br/df/sites/forumeja.org.br/df/files/lleitura.pdf](http://forumeja.org.br/df/sites/forumeja.org.br/df/files/lleitura.pdf).

O Movimento de Cultura Popular (MCP) foi fundado no ano de 1960 em Recife tendo como um dos seus idealizadores o educador Paulo Freire, além de estudantes universitários e artistas pernambucanos que se aliaram a prefeitura, na luta ao combate do analfabetismo. Uma das funções do MCP era a conscientização das pessoas através da alfabetização, visto que no estado de sua criação o alto índice de analfabetismo exigia grandes esforços para a melhoria social e cultural e a educação de base era vista como uma das soluções para a erradicação do problema. O Movimento que, após sua criação em Recife, se multiplicou pelo país, buscava realizar sua prática educativa por meio das artes e da cultura do povo, atuando através do teatro, do incentivo às artes plásticas, da dança, do artesanato, da música popular e com atividades ligadas a alfabetização.

A grande pretensão do MCP era a valorização cultural do povo, sendo assim, os artistas e intelectuais envolvidos no projeto deveriam se afastar de qualquer sentimento de assistencialismo, devendo através do dialogo aprender com o povo. Com isso se pretendia valorizar a cultura nacional, o homem brasileiro, pretendia conscientizar as pessoas sobre os aspectos sociais e políticos, preparando o povo para a participação dos assuntos voltados a Nação brasileira.

Abaixo, uma das lições do Livro de Modelo de Leitura para adultos, impresso no ano de 1962.

**Figura 3. Livro de Leitura para adultos.**

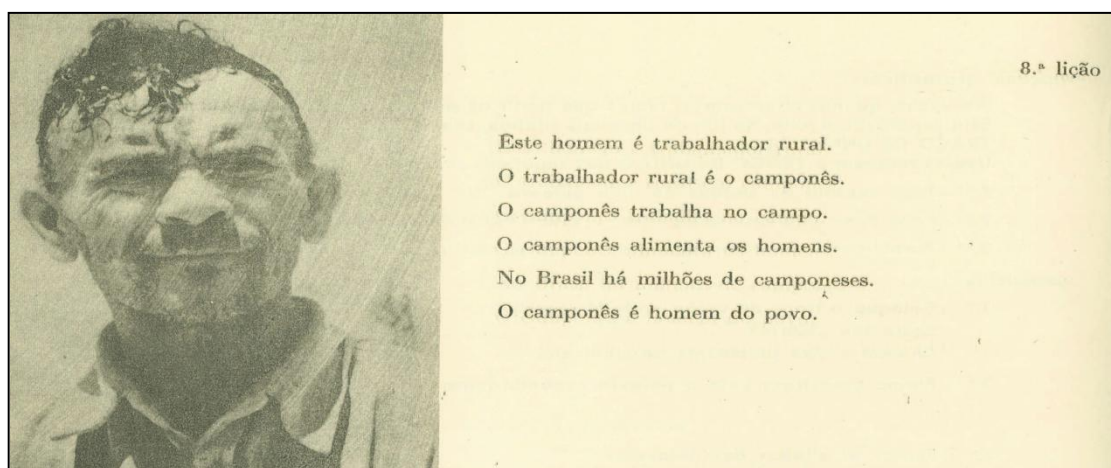


Fonte: [forumeja.org.br/df/sites/forumeja.org.br/df/files/lermcp.pdf](http://forumeja.org.br/df/sites/forumeja.org.br/df/files/lermcp.pdf)

O Movimento de Educação de Base (MEB) foi fundado em 1961, vinculado a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) sendo assim, ligado à Igreja Católica, constituído sem fins lucrativos e de direito privado, visando atingir as regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte, porém, a partir de 1963 ampliou sua atuação em praticamente todo o país. Uma das propostas iniciais do MEB eram a alfabetização das populações rurais, tornando-os conscientes de seus valores físicos, espirituais e morais, para tanto, o Movimento adotou como um de seus métodos para a disseminação de ensino, o uso do rádio, esse método ficou conhecido como as Escolas Radiofônicas do MEB. O Movimento defendia as classes menos favorecidas, buscando a transformação social e o combate à dominação de uns sobre os outros.

O MEB desenvolveu um projeto denominado *Animação Popular* que buscava preparar a população para a participação política tanto na própria comunidade, como em esfera nacional. Este projeto desenvolvido pelo MEB era realizado a partir do treinamento de liderança local, ou seja, formavam-se pessoas da própria comunidade, alunos e monitores, incentivando-os a liderança. O Movimento pretendia conhecer e valorizar a cultura e a arte popular, para tanto, organizavam-se teatros e produção artesanal. Em relação à alfabetização, segue abaixo um dos modelos de lição da cartilha de alfabetização de adultos.

**Figura 4. Livro de leitura “Viver é Lutar”.**



Fonte: [forumeja.org.br/files/viver.pdf](http://forumeja.org.br/files/viver.pdf)

De acordo com Leite (1999) tanto os CPCs como o MEB “tiveram como sustentação ideológica o trabalho desenvolvido pelas ligas camponesas, sindicatos de trabalhadores rurais e outras entidades semelhantes em favor dos desprotegidos da zona rural”. (p.40)

Em 1964 acontece o golpe militar, onde se inicia no Brasil um período de ditadura, que perdura até 1985. O governo que era totalmente autoritário fez diversas reformas no país. Os movimentos de educação popular citados acima “foram todos fechados ou mutilados e muitos de seus participantes presos e cassados” (Germano p. 145).

Durante esse período, a educação de modo geral sofreu inúmeras retóricas, não somente os movimentos sociais foram aniquilados, universidades foram invadidas, como é o caso da Universidade de Brasília (UNB) três vezes invadida entre 1964 a 1968

resultando em diferentes intervenções, como, a mudança de reitores, a destruição do espaço físico além do espancamento de professores e alunos.

A educação se desenvolveu mediante os seguintes eixos,

[...] 1) Controle político e ideológico da educação escolar, em todos os níveis. 2) Estabelecimento de uma relação direta e imediata, segundo a “teoria do capital humano”, entre educação e produção capitalista e que aparece de forma mais evidente na reforma do ensino do segundo grau, através da pretensa profissionalização. 3) Incentivo à pesquisa vinculada à acumulação de capital. 4) Descomprometimento com o financiamento da educação pública e gratuita, negando, na prática, o discurso de valorização da educação escolar e concorrendo decisivamente para a corrupção e privatização do ensino, transformando em negócio rendoso e subsidiado pelo Estado. (GERMANO 1990 p. 144-145)

O governo passou a incentivar o setor privado no referente à política educacional e ao mesmo tempo desqualificou a educação pública. Os militares além de invadir escolas e universidades, expulsando professores e alunos e nomeando militares para as reitorias, participaram e promoverem debates e congressos onde se discutiam reformas no sistema educacional. (Germano, 1990)

Durante os primeiros quatro anos da ditadura, acontecem algumas manifestações contra o governo ditatorial. Essas manifestações, eram principalmente organizadas por estudantes que não estavam de acordo com a política implementada pelo governo no país, porém, os estudantes na maioria das vezes eram presos pela polícia como medida represaria aos manifestos.

Diante das repressões em relação às entidades que propiciavam a alfabetização para adultos, foi criado em 1967, o Movimento Brasileiro de Educação (Mobral), que visava atender a faixa etária de 15 a 30 anos, com o intuito de valorizar o homem por meio da escrita e da leitura, além de integrá-lo a vida social.

Segundo Paiva (1987),

O programa previa uma descentralização da ação [...] através de convênios com entidades públicas, privadas e a integração da alfabetização em programas mais amplos de educação para a saúde, o trabalho, o lar, a religião, o civismo e a recreação, além da instalação de centros de integração social e cívica. (p.293)

Estas ações tinham como principal objetivo, alcançar o plano do programa que era a erradicação do analfabetismo até o ano de 1975. Embora o programa tenha contribuído para disseminar a educação para a população adulta, percebemos que este não alcançou o objetivo desejado visto que, ainda hoje, temos em algumas regiões do país, grandes porcentagens de analfabetos.



No ano de 1968, segundo Germano (1990), ocorreram muitas manifestações e passeatas por parte de estudantes, nesse ano a UNE que neste período era considerada uma entidade ilegal, mesmo sofrendo represálias, promovia congressos na ilegalidade, congressos que por vezes eram invadidos por militares resultando em prisões e mortes de estudantes.

Durante os 21 anos de ditadura militar (1964-1985) muitas intervenções foram realizadas por parte do governo em vários aspectos, entre eles a educação, porém, nesse período houve também muita resistência e muitas manifestações de desaprovação do governo. Após 1975, as forças de oposição começaram a ter um crescimento maior, cada vez mais, estudantes universitários, professores e cientistas participavam de reuniões e debates contra o governo militar.

Mesmo com todas as represálias, em forma de prisões e assassinatos, segundo Germano (1990), em 1979 os professores das universidades começaram a fazer greves e protestar contra os baixos salários, assim, o movimento contra a ditadura ganha mais força. Com o crescimento da mobilização, além dos estudantes e dos professores, outros grupos se organizam para protestar, é o caso de grupos ligados a Igreja Católica e a movimentos sindicais rurais, entre outros, todos em busca do fim da ditadura e pela redemocratização do país. Os movimentos que mais se destacam nesta reorganização, segundo Freitas (2011) são:

- 1) organizações da igreja: as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a comissão Pastoral da Terra (CPT); 2) o movimento sindical rural se articulou na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); e 3) a Pedagogia da Alternância, que teve início no Espírito Santo, em 1968, por meio da Igreja Católica. (p. 38)

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) foi fundada em 1963 é um órgão que foi criado para organizar os movimentos populares e que faziam várias mobilizações neste período, nos dias atuais a Contag possui vinculado a si Sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, sendo organizada por instâncias Consultivas, Deliberativas, Executivas e de Avaliação e Fiscalização. Como o “Conselho Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (CNTTR), Conselho Deliberativo da Contag, Comissão de Ética, Escola Nacional de Formação da Contag (ENFOC) e Conselho Fiscal” (Contag, 2013).

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em 1975, sendo uma entidade vinculada ao CNBB de caráter pastoral que “em sua ação, explícita ou implicitamente, o

que sempre esteve em jogo foi o direito do trabalhador, em suas diferentes realidades” (CPT, 2010) e um desses direitos é o acesso à educação.

Outro importante movimento em busca do fim da ditadura foi o partido político de esquerda, denominado, Partido Comunista Brasileiro (PCB) que lutava principalmente em prol dos operários, e que, no período da ditadura militar teve alguns de seus representantes presos, exilados e mortos, porém, mesmo com as fortes repressões, o partido não desistiu na luta a favor dos interesses dos trabalhadores e pela democracia.

Todos esses movimentos tinham como propósito, “fomentar a participação política das camadas populares, inclusive as do campo, e criar alternativas pedagógicas identificadas com a cultura e com as necessidades nacionais, em oposição à importação de ideias pedagógicas alheias à realidade brasileira”. (BRASIL, 2007)

Na década de 1980 foi criado o Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) organizada por trabalhadores rurais, com o objetivo de lutar pela terra, pela reforma agrária e por uma sociedade mais justa e solidária. O Movimento, diante de suas lutas pela terra e por direitos sociais percebeu a importância de também lutar por uma educação gratuita e de qualidade, que acolhessem os sujeitos do meio rural, sejam eles crianças, jovens ou adultos, no próprio meio rural. Esse Movimento se tornará um dos maiores defensores da educação nos espaços rurais ao longo de sua existência, pois para o Movimento “os esforços nessa área buscam, sobretudo, a erradicação do analfabetismo de nossas áreas de acampamento e assentamento, e a conquista de condições reais para que toda criança e todo adolescente estejam na escola” (MST, 2010).

O processo de enfraquecimento da ditadura, conforme Germano (1990) se inicia principalmente após a posse de Geisel, em 1974, o qual tinha como principais metas o controle dos subversivos, o retorno à democracia e o crescimento econômico. Porém, o governo militar começa a perder fortes aliados, como a classe burguesa, que começa a exigir acesso à tomada de decisões feita pelo governo. Assim, tanto a classe burguesa, como os militares, começam a buscar na sociedade civil apoio, obviamente um contra o outro.

Esse apoio da sociedade civil por parte do governo militar “não tinha em vista a substituição do Regime, porém a sua institucionalização” (Germano 1990 p.312). Porém, a intenção do governo militar, com esta abertura política não ocorreu da forma planejada, o que de fato aconteceu foram o crescimento de mobilizações e

manifestações de diversos segmentos, como partidos políticos, igreja, movimentos de estudantes e de trabalhadores, entre outros, em oposição ao militarismo. Mas, em meio a tantas manifestações e enfraquecimento do governo militar, houve ainda muita repressão, com muitas mortes, prisões e desaparecimentos de pessoas ligados à oposição.

Por outro lado, a oposição ganhava mais repercussão, ocasionando uma forte crise do regime militar, conforme Germano (1990), os setores ligados à oposição começam a denunciar a tortura, a repressão, os trabalhadores reivindicam políticas sociais na área de educação, saúde e habitação, médicos, enfermeiros e outros profissionais começam a reivindicar melhores salários. Surgem também reivindicações nas áreas rurais, por parte dos movimentos dos sem terra, e na área educacional, professores começam a fazer greves, reivindicando melhores salários e condições de trabalho.

O grande marco para o fim da ditadura em 1985, foram às eleições de 1982, pois, “o pleito de 1982 tomava o aspecto de eleições livre conforme era o desejo da sociedade em sua maioria” (Germano 1990 p. 322). Porém, o governo continuava exercendo o seu poder, criando reformas que impediam a livre manifestação da sociedade civil. Essas reformas eram a proibição de coligações partidárias, adoção do voto vinculado, que obrigava o eleitor a votar em candidatos do mesmo partido para todos os cargos, além da manutenção da Lei Falcão, criada em 1976, proibindo a propaganda eleitoral, principalmente nos rádios e televisões.

Mesmo com tantas restrições os partidos opositores tiveram uma quantidade maior de votos em relação ao partido do governo militar. O resultado destas eleições significou, conforme Germano (1990 p.325) “um tranquilo domínio sobre o Colégio Eleitoral que se reuniria em 1985 para escolher o novo Presidente da República”. De fato, os ditadores são destituídos do poder nas eleições de 1985 quando foi eleito Presidente, o então deputado, Tancredo Neves que acabou falecendo antes de assumir a presidência, dessa forma, quem assume o governo é o vice-presidente José Sarney.

O país iniciou um novo processo de redemocratização, após 1985, sendo promulgada em 1988 a Constituição Federal que em seu artigo 1º afirma,

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:... (BRASIL, 1988)

Em relação à educação rural que é o foco da realização desse trabalho, a Constituição Federal, apesar de não citar diretamente sobre esse tema, define em seu artigo 208, parágrafo I que,

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria:...(BRASIL, 1988)

Com isso, o que se entende é que a educação contemplará todas as populações, independentemente do espaço demográfico em que esta se encontre. A educação rural tomará novos rumos após a primeira metade da década de 1990, sendo assim, o que se pretende realizar a seguir, é identificar quais os debates e as leis que definirão a nova direção sobre a educação nos espaços rurais.

## **1.2 Reorganização da educação do campo após 1990**

Até a década de 1990 a escola nos espaços rurais era uma readaptação da escola dos espaços urbanos. Os professores muitas vezes iam da cidade para lecionar nas escolas do campo, os conteúdos ministrados eram os mesmos para ambos os espaços, sem contar que o espaço rural era compreendido como um espaço atrasado, inferior ao urbano.

A partir da década de 1990 houve uma intensa luta principalmente por movimentos sociais ligados ao campo, como o MST, a Contag e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) entre outros, para que a educação nesse espaço deixasse de ser compreendida como educação rural e fosse denominada como educação do campo.

Para esses movimentos “os trabalhadores e trabalhadoras do campo exigem uma escola que atenda aos seus interesses políticos, econômicos, sociais e culturais, que contribua para o desenvolvimento local, ou seja, uma escola transformadora” (LIMA, 2013 P.64). A escola do campo nessa perspectiva deveria atender aos interesses dos povos do campo, as suas especificidades, que respeitassem o seu modo de vida e o seu modo de ser. Diante dessa nova compreensão a respeito da educação que deveria ser oferecida para as populações do meio rural, se inicia um longo processo de lutas e mobilizações para a concretização de tais necessidades.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, decreta que,

Art.28. Na oferta de educação básica para a população rural os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I- conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II- organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e as condições climáticas;

III- adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996)

Dessa forma, fica determinada a necessidade da escola em se adequar as particularidades dos povos que vivem no campo, organizando além de conteúdos que atendam as necessidades da população rural, o planejamento de um calendário escolar, respeitando as condições climáticas e que seja adequado às fases agrícolas do campo.

Neste mesmo ano de instituição da LDB 9394/96, o Congresso Nacional decreta a Lei nº 9.424 de 24 de dezembro de 1996, dispondo sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), destinado a disponibilização de recursos financeiros para as escolas públicas de Ensino Fundamental. Porém, para a transferência desses recursos financeiros foram estabelecidos alguns critérios, dentre eles um número mínimo e máximo de alunos em sala de aula. Este processo desencadeou um grande número de fechamento de escolas rurais multisseriadas em todo o país, sendo que, os alunos dessas escolas foram transferidos para escolas maiores e em centros urbanos.

O Fundef obteve algumas críticas por grupos que defendem a educação do campo. Em busca de discutir sobre essa problemática e outras existentes sobre a educação no meio rural, foi realizado em 1997 o I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (Enera) realizado em Brasília, apontando desafios da educação do campo.

Desse encontro surge à ideia de criar um programa nacional de educação na reforma agrária, o que culminou na criação em 16 de abril de 1998 por meio da Portaria Nº. 10/98, do Ministério Extraordinário de Política Fundiária, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), sendo lançado em seguida o seu primeiro manual de Operações, tendo a função de orientar principalmente as instituições de ensino a promoverem políticas mais resistentes no referente à educação do campo nas áreas de Reforma Agrária.

**Figura 5: Folder do I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária**

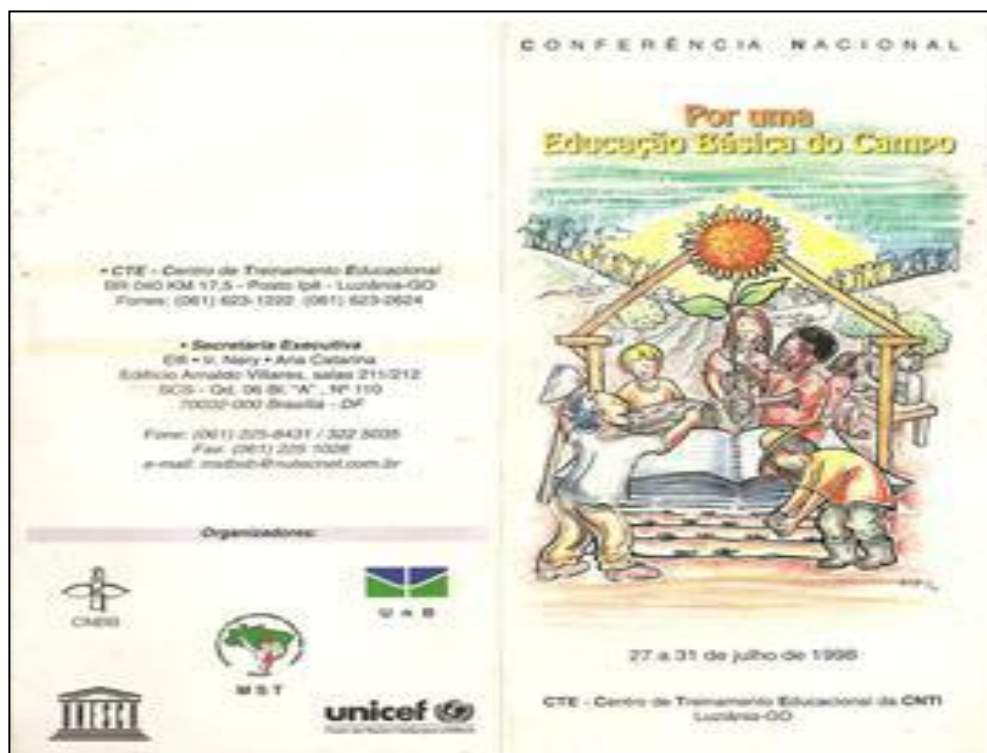


Fonte: <http://undime.org.br/wp-content/uploads/2014/06/Forum-UNDIME.pdf>

Também em 1998, foi criada a Articulação Nacional por uma Educação do Campo, uma entidade supra-organizacional que passou a promover e gerir ações para escolarização dos povos do campo em nível nacional. A Articulação realizou a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo em 1998 e uma segunda Conferência em 2004, conquistou pela instituição do Conselho Nacional de Educação (CNE) as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo em 2002 e participou da instituição do Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo (GPT), em 2003.

A I Conferência Nacional Por Uma Educação Básica no Campo realizada em 1998 em Luziânia GO teve a participação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), da Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura (Unesco) da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e da Universidade de Brasília (UnB), sendo o marco da reorganização desse ensino no país, e teve como objetivo a discussão e criação de propostas específicas para a educação no campo.

**Figura 6: Folder da Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo**



Fonte: <http://undime.org.br/wp-content/uploads/2014/06/Forum-UNDIME.pdf>

Uma das propostas da Conferência era de,

Construir trabalho pedagógico, específico e articulado, com técnicos pesquisadores e educadores para que busquem conhecer e respeitar os valores culturais dos povos do campo, de acordo com as suas regiões, tendo como eixo a construção do conhecimento e o processo participativo. (BRASIL, 1998, p. 2)

Além disso, os participantes da Conferência propunham vincular a prática da educação básica do campo com o processo de construção de um Projeto Popular de Desenvolvimento Nacional, e para alcançar esse objetivo, buscavam colocar os povos do meio rural na agenda política do país, defendiam a criação de coletivos de pais para discutir propostas de educação, objetivando preparar os filhos para a vida no campo e para o desenvolvimento de suas potencialidades desde os primeiros anos de vida.

Outra ação da I conferência era,

Identificar e resgatar os valores culturais que caracterizam os povos do campo, que consideramos essenciais para o desenvolvimento da cidadania: relação com a natureza, percepção do tempo, valorização da família,

experiência da entre-ajuda. (BRASIL, 1998 p.2 )

Além disso, deveriam compreender e resgatar os valores culturais dos povos do campo, como a religiosidade, os valores e as tradições, bem como o rompimento dos modismos que caracterizam o espaço rural como algo pejorativo e assim resgatarem a autoestima dos que vivem ali.

Outros compromissos e desafios da I Conferência foram o de fazer mobilizações para a conquista de políticas públicas pelo direito à educação básica do campo, lutar para que todo o povo tenha acesso à alfabetização e formar educadores e educadoras do campo. Para a formação de educadores do campo uma das propostas era a inclusão nos cursos de Pedagogia, disciplinas voltadas á realidade do campo, além de criar política salarial para a valorização dos educadores/ educadoras do campo.

Em 2001, o Pronera foi vinculado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) que lançou um segundo Manual de Operações e em 2004 foi elaborado um terceiro Manual de Operações, o qual foi incorporado as diretrizes políticas do governo do ano em questão (Luís Inácio Lula da Silva- 2003-2006 e 2007-2010) que defendia a educação como um direito social de todos devendo ser oferecida para todos e em todos os níveis.

O objetivo principal do Pronera, segundo o seu Manual de Operações é,

Fortalecer a educação nas áreas de Reforma Agrária estimulando, propondo, criando, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais, utilizando metodologias voltadas para a especificidade do campo, tendo em vista contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável. (BRASIL, 2004)

Além disso, o Pronera visa à garantia da alfabetização e educação fundamental de jovens e adultos, assentados ou não nas áreas de Reforma Agrária e a formação de educadores para atuar na educação no campo, fortalecendo o mundo rural como território de vida em todas as suas dimensões: econômicas, sociais, ambientais, políticas, culturais e éticas. (BRASIL, 2007)

Ainda em 2001 ocorreu um grande marco no que se refere a políticas públicas para a educação do campo no país, que foi a elaboração pela Câmara da Educação Básica (CEB) do Parecer 36/2001 referente à efetivação das “Diretrizes Operacionais Para a Educação Básica das Escolas do Campo”.

O Parecer propunha medidas de adequação das escolas à vida do campo e foi elaborado especialmente em decorrência do Art. 28 da LDB 9394/96, o qual determina



que os sistemas de ensino realizem adequações necessárias quanto aos conteúdos curriculares e a própria organização da escola à vida rural. Sendo assim, o Parecer destaca que,

A educação do campo tratado como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações de sociedade humana. (Brasil, 2001, p. 1)

Em 03 de abril de 2002 a Câmara de Educação Básica reconhecendo o espaço do campo como essencial e buscando manter a sua diversidade, aprova e instituiu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo, destacando em seu artigo 2º que,

Parágrafo Único: A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (BRASIL, 2002)

Em 2003, o Ministério da Educação cria o Grupo Permanente de Trabalho (GPT) de Educação do Campo, “formado por uma ampla composição institucional no âmbito do MEC e interinstitucional com outros ministérios, e, com a efetiva participação dos movimentos sociais” (Brasil, 2003). A principal função do GPT era divulgar e implantar as políticas públicas instituídas pelas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

Também em 2003, foi criado o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), no âmbito do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) tendo como objetivo propor diretrizes para desenvolver e implantar políticas públicas tanto em desenvolvimento rural sustentável, como para a reforma agrária e agricultura familiar.

Em 2004, o Condraf cria o Grupo Temático de Educação do Campo constituído diante da necessidade de estabelecer políticas públicas de educação, enfatizando o modo de vida e de utilização do espaço rural, a diversidade, a constituição da identidade da população rural e principalmente por acreditar que a educação tem

papel estratégico no desenvolvimento territorial sustentável, dentre outros aspectos. Em seu artigo 1º diz o seguinte,

Art. 1º Institui o Grupo Temático de Educação do Campo com a finalidade de estudar, debater, elaborar propostas, oferecer subsídios, recomendações e pareceres, de forma crítica e analítica, em assuntos relacionados ao tema, encaminhando seus resultados ao Plenário do CONDRAF.

§ 1º O Grupo Temático tem ainda como finalidade ampliar a articulação de entidades que atuam com educação do campo e integrar os programas e projetos das unidades gestoras do MDA que são vinculados ao tema.

§ 2º O Grupo Temático de Educação do Campo deverá permanecer ativo por um período de 12 (doze) meses, prazo em que deverá encaminhar as propostas supracitadas ao Plenário do CONDRAF para análise e apreciação, podendo ser prorrogado, a critério do Plenário do Conselho. (BRASIL, 2004)

O Grupo Temático no âmbito do Condraf que é um órgão que atua dentro do MDA foi constituído para atuar também em parceria com o GPT do MEC, pois,

[...] o MDA possui em suas unidades gestoras diferentes iniciativas de educação não formal (capacitação) e formal (escolarização) e que, portanto, surge a necessidade de articular, formular e implementar essas diferentes políticas públicas numa perspectiva de desenvolvimento territorial, que resgate a dimensão ambiental, cultural e social da população rural, em parceria com o MEC.(BRASIL, 2004)

Neste mesmo ano em 2004, foi realizada em Luziânia-Go a *II Conferência Nacional por uma Educação do Campo*, com representantes de Movimentos Sociais, Movimento Sindical, Organizações Sindicais de Trabalhadores e Trabalhadoras do Campo e da Educação, universidades, ONG's, Centros Familiares de Formação por Alternância, secretarias estaduais e municipais de educação e de órgãos de gestão pública com atuação vinculada à educação e ao campo, bem como trabalhadores do campo, educadoras e educadores, entre outros.

A Conferência tinha como objetivo, reafirmar a luta social por um campo visto como espaço de vida e por políticas públicas específicas para a população rural, além de denunciar os graves problemas da educação no campo, como a falta de escolas para atender a todas as crianças e jovens, a falta de infraestrutura nas escolas e a falta de formação necessária para os docentes.

Uma das conquistas para a Educação do Campo, depois desta II Conferência, foi à criação também em 2004 da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), no âmbito do Ministério da Educação, a qual está vinculada a Coordenação Geral de Educação do Campo, que com a extinção da Secretaria de

Educação Especial (SEESP) passou a incorporar em 2011 também assuntos voltados para o campo da inclusão, passando a se chamar “Secretaria de educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão” (Secadi).

A Secadi, juntamente com os sistemas de ensino, é responsável por programas e políticas educacionais nas áreas de alfabetização e educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação em direitos humanos, educação especial, educação do campo, educação indígena, educação quilombola e educação para as relações étnico-raciais, tendo como objetivo, contribuir para o desenvolvimento dos sistemas de ensino, voltado para a valorização das diferenças e da diversidade, buscando a promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental, além de visar à efetivação de políticas públicas transversais.

Em 2004 o Ministério da Educação e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP,) e do Pronera realizaram a Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária (PNERA). Esta pesquisa teve como principal objetivo levantar informações que servissem de base para o estabelecimento de políticas públicas e ações que contribuíssem para a melhora do desenvolvimento do campo e das condições de ensino.

Os levantamentos foram realizados em escolas em assentamentos e próximos destes, mediante coleta de dados por meio de questionários estruturados, um para cada público-alvo da pesquisa, os quais foram os presidentes de associações, os dirigentes das escolas e as famílias assentadas. A pesquisa buscava responder questões sobre as situações das escolas, níveis e modalidades de ensino oferecido, recursos humanos da escola, acesso à escola pelos alunos e profissionais da educação, instalações da escola, condições da oferta educacional, entre outros.

Em relação às condições da oferta educacional, uma das questões pesquisadas foi sobre os motivos pelos quais os alunos dos assentamentos se deslocavam do campo para estudar na cidade, o Pnera obteve os seguintes resultados:

**Figura 7- Percepção sobre os motivos pelos quais alunos assentados vão estudar na cidade (%RM) - Brasil e grandes regiões- 2004.**

MOTIVOS	GERAL (Ne= 521.498)	REGIÃO				
		NORTE (Ne=167.205)	NORDESTE (Ne=206.747)	CENTRO- OESTE (Ne=87.549)	SUL (Ne=29.924)	SUDESTE (Ne=30.071)
- Os cursos ou séries pretendidos não são oferecidos nas escolas	77,9	75,1	81,7	75,1	76,8	77,1
- A escola da cidade é melhor equipada, com mais recursos	35,4	38,4	37,0	37,2	21,2	17,2
- O ensino rural é de baixa qualidade em comparação com o da cidade	22,9	29,9	21,4	19,9	12,1	14,1
- Os professores são mais qualificados do que na escola do assentamento	20,9	24,0	21,0	24,0	8,0	6,6
- Não há vagas para jovens e adultos nas escolas mais próximas	14,4	22,5	10,6	9,6	8,9	13,9
- A escola da cidade tem sempre merenda	8,9	12,6	8,6	7,2	1,6	3,0
- Não há vagas para todas as crianças nas escolas mais próximas	7,6	11,3	5,9	5,6	6,3	5,9
- Não tem escola no assentamento / entorno	2,7	2,4	1,2	3,3	8,4	6,5
- Outros motivos	3,0	2,2	2,2	4,3	5,3	7,6

Fonte: MEC/Inep e MDA/INCRA/PRONERA-PNERA.

Nota: O respondente pode assinalar mais de uma categoria de resposta.

A Pnera traduziu as reais situações enfrentadas por professores e alunos no referente à oferta educacional, mostrou a extrema precariedade das escolas, sem infraestrutura mínima, falta de banheiros, falta de água tratada e energia elétrica, por vezes funcionando em galpões e currais, além disso, constatou a falta de formação adequada de alguns educadores.

Os resultados dessa pesquisa provocou a realização de debates entre os setores de educação e movimentos sociais como o MST, onde buscaram medidas a curto e longo prazo, para a inclusão de ações específicas sobre a educação no meio rural, e favoreceu a luta incessante dos trabalhadores rurais pela ampliação e adequação de escolas nos assentamentos.

Em 2008, a Secad encaminhou à Câmara de Educação Básica do Conselho Municipal de Educação o Parecer nº3 de 2008, referente às orientações para o atendimento da educação do campo. No mesmo ano, a SEB estabeleceu as diretrizes

complementares para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.

Em 2010, o Presidente da República aprova o Decreto nº 7.352, que dispõe sobre a política de educação do campo e sobre o Pronera. Em seu artigo 1º resolve que,

Art. 1º A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto. (BRASIL, 2010)

Em relação a esse decreto, Munarim (2011) destaca que,

[...] bem mais que as resoluções do CNE que é “apenas” um órgão de aconselhamento de um ministério (MEC), o Decreto, baixado pelo Presidente da República, têm muito mais forte o sentido de concretização dos resultados – nesse caso positivos – das lutas sociais por Educação do Campo empreendidas até o presente (p. 56).

Ou seja, este Decreto possui um papel primordial, pois significa que de fato foi incorporada nas políticas públicas do país a discussão sobre a oferta da Educação do Campo, além do Estado se comprometer em oferecer às populações do campo, educação com qualidade.

Os movimentos sociais continuam debatendo a respeito da oferta da educação do campo. Em 2010, foi criado o Fórum Nacional de Educação do Campo (Fonec), um espaço voltado às organizações do campo, quando diversos movimentos sociais, retomaram os debates e fizeram uma análise das ações realizadas, tanto pelos próprios movimentos sociais, como pelo governo federal, para melhor organização da educação do campo.

Quanto às ações do governo federal, a Secadi durante os 10 anos de sua existência, estabeleceu algumas políticas de muita relevância para a educação do campo, como o Programa nacional de Educação do Campo (Pronacampo) instituído em 2013 por meio da Portaria nº86, sendo um programa destinado a apoiar os sistemas de ensino, na disponibilização de apoio técnico e financeiro para a implementação de políticas públicas para a educação do campo.

O Programa defende o acesso e a permanência na escola, bem como a valorização da cultura das populações do campo, à ampliação da oferta e do acesso a Educação Básica e Superior, bem como a formação inicial e continuada de professores, a infraestrutura das redes de ensino e a produção de materiais específicos para os estudantes do campo, sendo este estruturado em quatro eixos: Gestão e Práticas

Pedagógicas, Formação Inicial e Continuada de Professores, Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional e Infraestrutura Física e Tecnológica.

Diante dessa caracterização sobre a trajetória da educação rural, algumas preocupações foram sendo levantadas. Sabendo que o grande marco no processo de reorganização da educação rural para a “educação do campo” aconteceu na I Conferência realizada em Luziânia no estado de Goiás, e tendo em vista que uma das preocupações apresentadas era com a formação dos professores que atuam neste espaço, visto que “é fundamental formar educadores das próprias comunidades rurais, que não só as conheçam e valorizem, mas, principalmente que sejam capazes de compreender os processos de reprodução social dos sujeitos do campo...” (MOLINA, FREITAS, 2011 p. 28), para o segundo capítulo desse trabalho, o que se pretende é identificar quais as políticas públicas e ações que estão sendo desenvolvidas na formação de professores que atuam nas escolas do campo.

Passados 16 anos da conferência muitos são os debates a respeito de tal formação, sendo assim, verificaremos a seguir os programas sobre essa questão, bem como os seus resultados, tanto em âmbito nacional e principalmente no estado de Goiás, visto que, foi nesse estado que ocorreu a conferência que marcou a delimitação do novo processo de organização da educação neste espaço, deixando de ser pensada como educação rural para ser vista como educação do campo.

## CAPÍTULO II

### **A formação de educadores para atuarem na educação do campo**

A questão da formação de educadores e educadoras para atuarem nas escolas do campo foi uma das ações defendidas desde a primeira *Confêrencia Por uma Educação do Campo*, realizada em 1998, voltando a ser discutida na segunda Conferência em 2004.

O que se defende desde então, é a formação de educadores do próprio campo, principalmente aqueles que tenham vínculos com o meio rural, possibilitando assim a formação de educadores e educadoras que respeitem o modo de ser e de viver das populações do meio rural.

Para a real efetivação dessa formação, os movimentos sociais como o MST, o MPA e grupos em defesa da educação do campo, organizados por educadores como Julieta Calazans, Miguel Arroyo, Roseli Caldart e universidades como a UNB defendem mudanças nos cursos de formação de professores. Estas mudanças aconteceriam com a integração de disciplinas com conteúdos específicos do meio rural.

Ao longo desses 16 anos da *I Conferência para uma educação básica do campo*, algumas políticas e ações foram formuladas nesse aspecto. Sendo assim, o que se pretende nesse capítulo é expor tais políticas desenvolvidas em âmbito nacional e ao longo do texto e fazer um recorte para o estado de Goiás, expondo os projetos de formação de professores do e para o campo que estão ou foram desenvolvidos nesse estado.

Para tanto, foi realizada uma pesquisa documental, com base em documentos oficiais como leis, portarias, resoluções e Projetos Políticos dos Cursos de Pedagogia da Terra e Licenciatura em Educação do Campo, ofertados em Goiás, além disso, realizou-se pesquisa bibliográfica a partir de textos e artigos de autores que ao longo dos anos vem discutindo sobre essa problemática.

#### **2.1 Ações defendidas a partir das conferências para a educação do campo sobre formação de professores**

A *I Conferência Nacional por Uma Educação Básica do Campo* realizada em 1998 em Luziânia apontou diversos problemas que se encontram na oferta da educação

no meio rural. Alguns dos problemas apontados se referem à distorção série/idade, o analfabetismo e a formação de educadores.

No que se refere à formação de educadores, o que se defendia nesta conferência, eram políticas públicas de formação específica para os profissionais que atuam nas escolas do campo. Formação esta que contemplasse os interesses e respeitasse o modo de ser e viver dos povos que habitam os espaços rurais. De acordo com o texto base o que se buscava era,

- [...] Construir alternativas urgentes de escolarização e profissionalização dos docentes não titulados, assegurando uma formação específica contínua, partindo da realidade do trabalho do professor, para atuação no meio rural.
- Reorganizar as formas, os currículos e os métodos dos cursos de formação de educadores/ educadoras, para que atendam a Educação Básica e a educação Especial, tendo como referência a realidade do campo.
- Que os estados e municípios promovam a formação de educadoras/ educadores em parceria com instituições comprometidas com as Escolas do campo.
- Incluir nos cursos de Pedagogia disciplinas voltadas à realidade do campo. (BRASIL, 1998)

Diante de tais reivindicações, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo, instituída em 2002 contemplam a formação dos professores.

Em seu Artigo 13, a Diretriz diz que,

Art. 13 Os sistemas de ensino, além dos princípios e diretrizes que orientam a Educação Básica no país, observarão, no processo de normatização complementar da formação de professores para o exercício da docência nas escolas do campo, os seguintes componentes:

I - estudos a respeito da diversidade e o efetivo protagonismo das crianças, dos jovens e dos adultos do campo na construção da qualidade social da vida individual e coletiva, da região, do país e do mundo;

II - propostas pedagógicas que valorizem, na organização do ensino, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso ao avanço científico e tecnológico e respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida e a fidelidade aos princípios éticos que norteiam a convivência solidária e colaborativa nas sociedades democráticas (BRASIL, 2002)

Este artigo concebe a formação dos professores como sendo primordial para o oferecimento de educação com qualidade no campo, além de destacar pontos importantes para o bom funcionamento do ensino neste contexto, como a gestão democrática e o acesso aos progressos tecnológicos.

Após seis anos da realização desta I Conferência e apesar das Diretrizes operacionais da educação Básica do Campo ser um marco efetivo de grande relevância



para a educação nesse espaço, a questão da formação dos professores ainda não estava de fato resolvida, o que provoca um novo debate na *II Conferencia Por uma Educação do Campo*, realizado em Luziânia no ano de 2004, manifestando preocupação e a necessidade da inserção de políticas públicas e ações voltadas para a formação de professores do campo, na agenda política do país.

Nesta Conferência defendiam a,

[...] Valorização e formação específica de educadoras e educadores do campo por meio de uma política permanente que priorize:

- formação profissional e política de educadores e educadoras do próprio campo, gratuitamente;
  - formação no trabalho que tenha por base a realidade do campo e o projeto político-pedagógico da Educação do Campo;
  - incentivos profissionais e concurso diferenciado para educadores e educadoras que trabalham nas escolas do campo;
  - definição do perfil profissional do educador e da educadora do campo;
  - garantia do piso salarial profissional nacional e de plano de carreira;
- (BRASIL, 2004, p 4).

E ainda, a,

[...] Formação de profissionais para o trabalho no campo por meio de uma política pública específica e permanente de:

- cursos de nível médio e superior que incluam os jovens e adultos trabalhadores do campo e que priorizem a formação apropriada para os diferentes sujeitos do campo;
- uso social apropriado das escolas agro técnicas e técnicas atendendo as necessidades dos trabalhadores e trabalhadoras do campo;
- fortalecimento das equipes técnicas;
- implementação de novos formatos de cursos integrados de ensino médio e técnico, tomando como referencia a sociobiodiversidade;
- formação e qualificação vinculadas à Educação do Campo, junto às universidades construídas coletivamente com os sujeitos do campo, às equipes técnicas contratadas e aos órgãos públicos responsáveis pela assistência técnica.
- proposta de agenda específica para os institutos de pesquisa sobre agricultura familiar/ camponesa e outras formas de organização e produção das populações do campo. (BRASIL, 2004, p 4)

Além da preocupação em valorização dos educadores do campo ser uma das principais reivindicações dessa conferência, se buscava também, promover uma educação para os povos do campo, respeitando a cultura, as necessidades, o modo de ser e de viver do homem do campo.

Por isso a importância de uma formação específica para os educadores, de modo que esta formação tenha como um de seus princípios a importância do campo para o homem do campo. De acordo com Arroyo (2007) “[...] esta seria uma das marcas

de especificidade da formação: entender a força que o território, a terra, o lugar tem na formação social, política, cultural, identitária dos povos do campo”. (p. 163)

Mesmo defendendo a especificidade na educação e na formação dos professores, não se defende uma escola do campo totalmente distinta, singular, o que se defende é uma escola que reconheça e ajude “a fortalecer os povos do campo como sujeitos sociais, que também podem ajudar no processo de humanização do conjunto da sociedade, com suas lutas, sua história, seu trabalho, seus saberes, sua cultura, seu jeito” (Caldart, 2003 p.66).

Na busca pela concretização dessa formação de educadores, o MST organizou um curso denominado Pedagogia da Terra. O curso funciona em regime de alternância, e é realizado em parceria com universidades públicas, buscando a formação de educadores que atuam no campo e não possuem formação.

O curso em questão já foi realizado em várias universidades do país, dentre elas na Universidade Federal de Goiás (UFG). É importante destacar que este curso, trata-se de um curso de pedagogia específico para educadores que não possuem graduação e que não tenham a possibilidade de cursá-la de forma regular, motivo pelo qual o curso é ofertado em regime de alternância, ou seja, o curso é ministrado alternando-se o tempo de estudos entre a universidade e a comunidade.

Diante das grandes mobilizações e lutas na busca pela formação de educadores, principalmente pelas pautas de reivindicações apresentadas pelo MST ao MEC após a *II Conferencia Nacional por uma Educação do Campo*, o próprio MEC aprovou, juntamente com a Secretaria de Educação Superior (SESU), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a então Secad no ano de 2006, o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo), como uma política nacional específica de formação para docentes do campo.

O Procampo tem como principal objetivo promover a formação de professores por meio do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, para atuarem nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio, além de “promover a formação superior dos professores em exercício na rede pública das escolas do campo e de educadores que atuam em experiências alternativas em educação do campo, por meio da estratégia de formação por áreas de conhecimento...” (BRASIL, 2013).

Inicialmente, este programa começou a ser desenvolvido em 2007 na Universidade de Brasília (UNB), na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na Universidade Federal de Sergipe (UFS) e na Universidade Federal da Bahia (UFBA).

No ano seguinte, em 2008, o Procampo tornou-se uma política de formação para os educadores do campo em âmbito nacional, quando as universidades públicas puderam apresentar os seus projetos para a oferta de seus cursos de Licenciatura em Educação do Campo. Atualmente, esse curso de licenciatura está presente em praticamente todos os estados brasileiros, em Goiás o curso é oferecido pela Universidade Federal de Goiás nos campus de Catalão (CAC) e da Cidade de Goiás (CCG).

É importante destacar que para a aprovação do projeto alguns critérios são exigidos pelo MEC, são eles:

[...] a criação de condições teóricas, metodológicas e práticas para que os educadores atuem na construção e reflexão do projeto político-pedagógico das escolas do campo; a organização curricular por etapas presenciais, equivalentes a semestres de cursos regulares, em regime de alternância entre tempo-escola e tempo-comunidade; a formação por áreas de conhecimento previstas para a docência multidisciplinar, com definição pela universidade da(s) respectiva(s) área(s) de habilitação; consonância com a realidade social e cultural específica das populações do campo a serem beneficiadas. (BRASIL, 2013)

A seguir serão apresentadas duas experiências desenvolvidas no estado de Goiás, pelos movimentos sociais e pela Universidade Federal do estado, na perspectiva de contribuir para melhor qualificação dos profissionais que atuam nas escolas do campo.

## **2.2 Experiências de formação de professores do campo em Goiás**

Em Goiás vem sendo desenvolvidas algumas dessas experiências sobre a formação de professores para atuarem na educação do campo. Uma das experiências foi o curso de Pedagogia da Terra, ministrado na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, tendo início em 2007 e finalizando em 2011. Outra experiência desenvolvida nesse estado, dentro dessa perspectiva é o curso de Licenciatura em Educação do Campo, ministrado também na Universidade Federal de Goiás, no Campus Regional de Catalão e no Campus Regional da Cidade de Goiás.

Para o desenvolvimento da minha pesquisa, tive acesso aos documentos oficiais de duas dessas experiências: a Pedagogia da Terra e o Projeto Político do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da cidade de Catalão, o resultado da minha pesquisa será apresentado a seguir.

### 2.2.1 Pedagogia da Terra

O curso Pedagogia da Terra, como já dito anteriormente, foi pensado pelo MST, a fim de consolidar a sua proposta educativa que consiste em formar educadores, que conheçam o seu espaço de atuação, que se envolvam com a comunidade em geral e que dê ao campo a importância que este tem.

Tal curso foi realizado na UFG, ministrado na Faculdade de Educação (FE), sendo que, os movimentos sociais do campo, organizados pela Via Campesina que integra o MST, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a Pastoral da Juventude Rural (PJR) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), procuraram a direção da universidade a fim de propor um convênio para a oferta do curso de formação, destinados aos educadores dos assentamentos que não possuíam licenciatura, tal convênio contou também com o Inbra e o Pronera sendo estes responsáveis a cobrir as despesas relacionadas ao curso, como transporte, alimentação e pagamento dos professores.

O curso teve início em 2007, prevendo a duração de quatro anos, porém, devido a alguns motivos como o atraso na realização do processo seletivo e início do I módulo, o curso contou com o acréscimo de mais um módulo, tendo então a duração de quatro anos e meio, sendo iniciado com 77 estudantes, oriundos dos estados de Goiás, Tocantins e Mato Grosso, sendo que, destes 77, dezoito desistiram ao longo do curso.

Apesar do curso em questão possuir características do curso regular de Pedagogia oferecido na faculdade, como o ingresso por meio de processo seletivo e a realização de um trabalho monográfico no final da graduação, este teve algumas características específicas, foi organizado em módulos, divididos em etapas presenciais nos meses de janeiro, fevereiro e julho, período de férias dos alunos dos cursos regulares e as outras etapas à distância, nas comunidades dos estudantes, por meio de atividades planejadas e acompanhadas pelos professores do curso.

O curso de Pedagogia da Terra em convênio com a Via Campesina e a FE/UFG,

[...] é uma experiência que tem como objetivo a formação, em nível superior, de educadores do campo com a preparação de profissionais para a educação infantil, para as séries iniciais do ensino fundamental e para atividades de coordenação e assessoramento pedagógico em escolas, instituições do sistema educacional e projetos educativos. (BRASIL, 2007 p. 12)

O curso de Pedagogia da Terra recebeu o nome de Salete Strozak, sendo que esta é uma característica nesses cursos de formação, dar à turma o nome de alguém considerado importante na luta pelos interesses dos povos do campo. O curso teve a duração de 3054 horas, sendo que destas, 2112 foram presenciais e 888 não presenciais e teve 200 horas de atividades complementares.

O curso foi organizado em três núcleos: núcleo comum, núcleo específico e núcleo livre, pois a oferta desses três núcleos é uma exigência do Regulamento Geral dos Cursos de Graduação (RGCG) da UFG. Sendo que, no núcleo livre, foram ofertadas disciplinas específicas sobre a especificidade do educador do campo e permitiu ao aluno aprofundar seus estudos nesse aspecto, ficando ao critério do mesmo a escolha pelo tema que mais lhe interessou.

Abaixo o quadro com a matriz curricular do curso de Pedagogia da terra, módulos, sendo disponibilizada nesta, a carga horária das disciplinas cursadas no Tempo- Escola (TE) e no Tempo-Comunidade (TC).

**Quadro 1: Matriz Curricular do curso de Pedagogia da Terra**

MÓDULO	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA		
		TE	TC	TOTAL
Módulo I 26/01/2007 a 23/02/2007	História da Educação	20	14	34
	Sociologia da Educação	20	14	34
	Psicologia da Educação	20	14	34
Módulo I Intermediário 30/04/2007 a 26/05/2007	Arte e Educação	20	14	34
	Sociedade, Cultura e Infância	18	14	32
	Met. De Pesquisa e Trabalho de Conclusão de Curso	10	4	14
	Núcleo Livre	64	0	64
	Seminário	8	0	8
	<b>Total do Módulo</b>	<b>180</b>	<b>74</b>	<b>254</b>
MÓDULO	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA		
		TE	TC	TOTAL
Módulo II 02/07/2007 à 03/08/2007	História da Educação	20	14	34
	Sociologia da Educação	20	14	34
	Psicologia da Educação	20	14	34
	Arte e Educação	20	14	34
	Sociedade, Cultura e Infância	18	14	32
	Met. De Pesquisa e Trabalho de Conclusão de Curso	14	6	20
	Núcleo Livre	64	0	64
	Seminário	4	0	4
	Didática e estágio Supervisionado em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	36	12	48
<b>Total do Módulo</b>	<b>216</b>	<b>88</b>	<b>304</b>	
MÓDULO	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA		
		TE	TC	TOTAL
Módulo III	História da Educação	28	19	47

07/01/2008 à 29/02/2008	Sociologia da Educação	28	19	47
	Psicologia da Educação	28	19	47
	Arte e Educação	28	19	47
	Sociedade, Cultura e Infância	28	19	47
	Ensino e Pesquisa em Matemática	44	19	63
	Ensino e Pesquisa em C. Naturais	42	19	61
	Didática e estágio Supervisionado em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	26	12	38
	Met. De Pesquisa e Trabalho de Conclusão de Curso	24	12	36
	Núcleo Livre	64	0	64
	Seminário	4	0	4
	<b>Total do Módulo</b>	<b>344</b>	<b>157</b>	<b>501</b>
MÓDULO	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA		
		TE	TC	TOTAL
Módulo IV 07/07/2008 a 08/08/2008	História da Educação	12	9	21
	Sociologia da Educação	12	9	21
	Psicologia da Educação	12	9	21
	Arte e Educação	12	9	21
	Sociedade, Cultura e Infância	12	9	21
	Ensino e Pesquisa em Matemática	16	10	26
	Ensino e Pesquisa em C. Naturais	16	10	26
	Núcleo Livre	64	0	64
	Met. De Pesquisa e Trabalho de Conclusão de Curso	16	6	22
	Seminário	4	0	4
	Didática e estágio Supervisionado em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	32	12	44
<b>Total do Módulo</b>	<b>208</b>	<b>83</b>	<b>291</b>	
MÓDULO	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA		
		TE	TC	TOTAL
Módulo V 05/01/2009 a 26/02/2009	História da Educação	8	0	8
	Sociologia da Educação	8	0	8
	Psicologia da Educação	8	0	8
	Arte e Educação	8	0	8
	Sociedade, Cultura e Infância	14	0	14
	Ensino e Pesquisa em Matemática	24	23	47
	Ensino e Pesquisa em Ciências Naturais	26	23	49
	Ensino e Pesquisa em Língua Portuguesa	32	22	54
	Ensino e Pesquisa em Ciências Humanas	30	22	52
	Políticas Educacionais e Educação Básica	30	22	52
	Filosofia da Educação	32	20	52
	Didática e estágio em educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental	24	12	36
	Metodologia de Pesquisa e TCC	20	12	32
	Núcleo Livre	64	0	64
Seminário	4	0	4	
<b>Total do Módulo</b>	<b>332</b>	<b>156</b>	<b>488</b>	
MÓDULO	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA		
		TE	TC	TOTAL
Módulo VI 13/07/2009 a 06/08/2009	Ensino e Pesquisa em Matemática	8	0	8
	Ensino e Pesquisa em C. Naturais	8	0	8
	Ensino e Pesquisa em C. Humanas	8	16	24
	Ensino e pesquisa em L. Portuguesa	8	16	24
	Educação Básica: políticas Educacionais e Formação de Professores	20	0	20
	Filosofia da Educação	12	16	28
	Núcleo Livre	64	0	64
	Met. De Pesquisa e Trabalho de Conclusão de Curso	12	16	28
Seminário	4	0	4	

	Didática e Estágio Supervisionado em Educação Infantil e Anos Iniciais do ensino Fundamental	16	16	32
	<b>Total do Módulo</b>	<b>160</b>	<b>80</b>	<b>240</b>
MÓDULO	<b>DISCIPLINAS</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>		
		<b>TE</b>	<b>TC</b>	<b>TOTAL</b>
Módulo VII 04/01/2010 a 18/02/2010	Ensino e pesquisa em Língua Portuguesa	28	28	56
	Ensino e pesquisa em Ciências Humanas	28	28	56
	Educação, Comunicação e Mídia	28	20	48
	Gestão e Organização do Trabalho Pedagógico	28	10	38
	Cultura, Currículo e Avaliação	24	26	50
	Filosofia da Educação	32	28	60
	Didática e estágio em educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental	24	37	61
	Metodologia de Pesquisa e TCC	24	12	36
	Núcleo Livre	64	0	64
	<b>Total do Módulo</b>	<b>280</b>	<b>189</b>	<b>469</b>
MODULO	<b>DISCIPLINAS</b>	<b>CARGA HORARIA</b>		
		<b>TE</b>	<b>TC</b>	<b>TOTAL</b>
Módulo VIII 05/07/2010 a 29/07/2010	Ensino e pesquisa em Língua Portuguesa	10	0	10
	Ensino e pesquisa em Ciências Humanas	12	0	12
	Alfabetização e Letramento	8	16	24
	Educação, Comunicação e Mídia	8	8	16
	Gestão e Organização do Trabalho Pedagógico	8	8	16
	Cultura, Currículo e Avaliação	6	4	10
	Filosofia da Educação	4	0	4
	Didática e Formação de Professores	8	16	24
	Didática e estágio em educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental	12	37	49
	Metodologia de Pesquisa e TCC	24	6	30
Núcleo Livre	64	0	64	
	<b>Total do Módulo</b>	<b>164</b>	<b>95</b>	<b>259</b>
MÓDULO	<b>DISCIPLINAS</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>		
		<b>TE</b>	<b>TC</b>	<b>TOTAL</b>
Módulo IX 03/01/2011 a 21/02/2011	Alfabetização e Letramento	48	0	48
	Gestão e Organização do Trabalho Pedagógico	18	0	18
	Cultura, Currículo e Avaliação	8	0	8
	Educação, Comunicação e Mídia	8	0	8
	Didática e Formação de Professores	48	0	48
	Didática e Estágio Supervisionado em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	46	0	46
	Met. De Pesquisa e Trabalho de Conclusão de Curso	8	0	8
	Núcleo Livre	64	0	64
	Total do Módulo	248	0	248
	<b>TOTAL DO CURSO</b>	<b>2132</b>	<b>922</b>	<b>3054</b>

Fonte: Relatório do Curso de Pedagogia da Terra FE/UFG.

Apresentarei a seguir, algumas das disciplinas de núcleo livre que possuem em seu programa, conteúdos que expressam a preocupação em possibilitar ao aluno o conhecimento a respeito dos aspectos políticos e sociais do campo e que possuem em suas referências bibliográficas autores que ao longo dos anos discutem o tema em questão. Ressaltarei as bibliografias de duas disciplinas, Educação do Campo e Os povos do campo, pois, as referências das disciplinas em questão, trazem os autores e as reflexões produzidas pelos mesmos, discutindo sobre a educação do campo principalmente após a I Conferência em 1998.

A disciplina denominada *Educação do campo*, possuiu como ementa o resgate histórico sobre a Educação do Campo no Brasil. Além disso, a ementa da disciplina contemplava compreender,

[...] a realidade da educação básica no campo. Concepções de campo e de educação no projeto da Educação do Campo. Políticas públicas no desenvolvimento da educação básica no/do campo. Diretrizes Operacionais para as escolas do campo. Matrizes formadoras da educação do campo. O papel da escola do campo como espaço da socialização de conhecimentos. Concepções e princípios filosóficos e pedagógicos da escola do campo. Os sujeitos nesse processo de construir a escola da Educação do Campo. (BRASIL, 2007 p.16)

De acordo com o programa da disciplina, os objetivos a serem alcançadas eram o de preparar os profissionais de educação para a compreensão da especificidade que o campo requer, além de capacitar educadores para as atividades de formação do campo e que estes profissionais pudessem refletir sobre o papel das escolas do campo.

O cronograma da disciplina visava olhar para a trajetória que a Educação do campo percorreu no Brasil, entender as problemáticas e a dura realidade que a educação do campo vem enfrentando a partir das análises da Pnera. Realizar um estudo das Diretrizes Operacionais para as escolas do Campo, estudar sobre o papel e concepções filosóficas e pedagógicas das escolas do campo, entre outros. A metodologia do ensino consistia em leitura de textos, exposições dialogadas, na criação de um espaço de leitura e escrita para o grupo e construções de sínteses dos textos trabalhados.

A avaliação ocorreu mediante atividades individuais e coletivas, por meio da participação de cada aluno nos debates e reflexões e na construção de uma síntese no final da disciplina. Os principais autores trabalhados nesta disciplina foram Arroyo, Caldart, Molina (2004), Caldart, Cerioli e Kolling (2002) e Molina e Jesus (2004), sendo que, nesta primeira referência os autores expõem uma proposta de Educação Básica considerando uma nova concepção da escola, voltados para os interesses dos povos que habitam o campo.

Nas duas últimas referências, (2002 e 2004) as bibliografias fazem parte de uma coleção de livros intitulada *Por uma Educação do Campo* criada com o intuito de divulgar as reflexões acerca do tema em questão, sendo que, desta coleção dois volumes foram trabalhados no decorrer da disciplina. No volume quatro, divulgado em 2002, os autores trazem reflexões sobre os motivos de se ter uma educação específica para os povos do campo e os desafios para os educadores e educadoras do campo. No volume cinco, divulgado em 2004, primeiramente, os autores desenvolvem uma reflexão sobre



o desenvolvimento capitalista e as relações sociais no campo, em seguida, Sonia Azevedo de Jesus, apresenta reflexões sobre a identidade dos sujeitos do campo e elementos essenciais para a construção de um Projeto Político e pedagógico de Educação do Campo diferenciado.

Outra disciplina ofertada foi *Os povos do Campo* tendo como principal objetivo proporcionar o estudo dos povos do campo compreendendo tais sujeitos. A ementa da disciplina propunha

A formação do Campesinato Brasileiro a partir das matrizes culturais do povo brasileiro: indígena, europeia e negra. O camponês como sujeito na construção da sua história. A identidade dos povos do campo como traços de uma identidade em construção. A educação do campo e a identidade camponesa. A diversidade de identidades que compõe o campo no Brasil de hoje. (BRASIL, 2007)

O conteúdo programático dessa disciplina foi dividido em etapas, a primeira etapa tratava da formação do campesinato brasileiro, a segunda etapa do camponês como sujeito da história, a terceira etapa sobre a identidade camponesa, a quarta sobre a educação do campo e a identidade camponesa e a quinta etapa sobre as transformações do campo e a ressignificação dos camponeses.

A metodologia era com aulas expositivas, debates, trabalhos de grupos, estudos individuais e de grupos, tendo como processo avaliativo produção de textos e avaliações individuais e em grupos. Os principais autores trabalhados no desenvolvimento da disciplina foram Fernandes e Arroyo (1999), Benjamim e Caldart (1999) e Maestri (2005).

Na bibliografia de 1999 os autores citados expõem um debate sobre a Educação do Campo no livro da coleção *Por uma educação básica do campo*, com o tema *A educação básica e o movimento social no campo*. Primeiramente, temos o texto pronunciado por Miguel Arroyo em uma palestra durante a I Conferência Por uma Educação Básica do Campo e, em seguida, o educador Bernardo Fernandez traz uma reflexão acerca da relação entre campo-cidade, como o camponês é visto na sociedade moderna e argumentações sobre a importância de uma escola do campo.

Também no ano de 1999, foi divulgado mais um livro da coleção *Por uma educação básica do campo* com o tema *Projeto popular e escolas do campo*. Na primeira parte do livro, Cesar Benjamim comenta sobre o projeto popular do Brasil pensado e construído pelo povo, se esse projeto é necessário e quais as mudanças políticas que teriam que ocorrer para ser possível a concretização desse projeto. Na

segunda parte do livro, Roseli Caldart faz uma contextualização sobre as escolas do campo, situando as experiências do MST para a construção desse projeto popular mencionado por Cesar Benjamim. Já Maestri (2005) traz em seu livro uma análise agrária do Brasil desde o período colonial até 1960.

Outra disciplina de núcleo livre específica sobre o campo foi *Educação popular e Educação de Jovens e adultos: processos metodológicos*, com o objetivo de compreender a Educação Popular e a EJA, como um processo histórico de luta pela escola pública e de qualidade. Os principais autores foram Vanilda Pereira Paiva, Carlos Rodrigues Brandão, Orlinda Carrijo Melo, Paulo Freire, Osmar Favero e Maria Emilia de Rodrigues. De acordo a ementa dessa disciplina, o que pretendia era fazer um breve histórico da Educação popular e da Educação de jovens e adultos, compreender os sujeitos da EJA, os princípios e concepções da educação popular e da EJA e avaliação da aprendizagem na EJA, tendo como metodologia leituras, aulas expositivas, seminários e trabalhos de grupos, estes últimos sendo avaliativos, fez parte da avaliação, uma prova escrita no final da disciplina.

Outro núcleo livre oferecido foi *Direitos Humanos e Educação do Campo*, a ementa da disciplina tratou da “[...] identidade camponesa. Direitos Humanos. Educação Formal e Educação Popular na construção dos Direitos Humanos. Paz como fruto da justiça. Ética e Direitos Humanos. Movimentos sociais no campo e a luta pelos direitos humanos. Políticas públicas. Direitos humanos e cidadania.” (BRASIL, 2010, p 4) com o objetivo de identificar os principais elementos da identidade camponesa, aprofundar a compreensão de direitos políticos relacionados à educação do campo e compreender e analisar o mundo rural na perspectiva dos Direitos Humanos.

O conteúdo programático foi dividido em unidades, a primeira unidade foi uma introdução à disciplina, a segunda unidade foi sobre a evolução política do Brasil, a terceira unidade foi sobre a Educação em Direitos humanos, a quarta unidade tratou dos Direitos Humanos no meio rural e a quinta unidade foi sobre as Políticas públicas do campo e para o campo na ótica dos Direitos Humanos. A metodologia se constitui a partir de aulas expositivas, debates, seminários, filmes e dinâmicas de grupos, sendo como processo avaliativo a participação nas aulas, nos debates e seminários, além disso, houve avaliação escrita e auto-avaliação no final da disciplina. A referência bibliográfica foi composta por Arns (1990), Carvalho (2005), Morin (2000), Fernandez (2001), entre outros.

A disciplina *Diversidade e equidade no SUS: o direito à saúde e as comunidades do campo* tendo como ementa “as políticas públicas e os movimentos sociais. A reforma sanitária consolidada na constituição federal. O sistema único de saúde. A lei nº 8080/90 que trata da política de saúde. A participação social dialogando com a gestão para a implementação das ações, materializando o direito à saúde”. (BRASIL, 2010, p. 22)

O objetivo era contribuir com as reflexões a cerca das necessidades locais da saúde de cada grupo social, a metodologia da disciplina constituiu-se de rodas de conversas e leituras e o conteúdo programático foi dividido em Gestão participativa no SUS, controle social e educação popular e saúde, Taxológica, vigilância sanitária e saúde dos trabalhadores, Política nacional de fitoterapia e práticas integrativas e Política nacional de saúde mental. Estes temas foram discutidos em encontros, oficinas e rodas de conversas, sendo que em cada encontro, foi observado a participação dos estudantes como método avaliativo. A bibliografia que fez parte disciplina foi a Carta dos Direitos dos Usuários do SUS, a Política nacional de plantas medicinais e fitoterápicas e dos autores D. G. Rocha e L. Batista Mello (2008).

Em geral, as ementas das disciplinas de núcleo livre trazem em suas referências bibliográficas autores que estão presentes no cenário de discussão da educação do campo. Autores como Miguel Arroyo, Carlos Rodrigues Brandão, Bernardo Mançano, Cesar Benjamim, Roseli Caldart, Monica Molina, entre outros, defendem o espaço rural e dessa forma uma escola que contribua para a formação social de cada um, respeitando os sujeitos, sua realidade, seus saberes, suas lutas pela terra, sua forma de viver e de aprender.

Além das disciplinas sobre Educação do campo foram ofertadas outras que não estavam voltadas especificamente para o campo, como, Jogos, brincadeiras e Linguagens pedagógicas, Alfabetização e Letramento, Comunicação, Educação e Novas tecnologias e Leitura e Produção de diversos tipos de textos.

Como já dito anteriormente, uma das especificidades do curso de Pedagogia da Terra, foi desenvolver atividades a distância, ou, no Tempo Comunidade. Em cada disciplina de núcleo comum e específico os professores propuseram atividades para serem realizadas nos meses sem os encontros presenciais. Vale ressaltar que foram disponibilizados aos alunos pelos seus respectivos professores telefones e emails para a comunicação, caso houvesse necessidade, além disso, foram designados alunos-monitores para acompanharem o desenvolvimento dessas atividades nas comunidades.

Serão apresentadas a seguir, algumas das atividades no tempo comunidade, durante o desenvolvimento do curso, que tratam de questões voltadas para o campo, pois, são atividades sobre a luta por direitos que a comunidade, onde o aluno está inserido, enfrenta e atividades de estágio desenvolvidas nas escolas das comunidades.

No primeiro módulo, na disciplina de História da Educação e Sociologia da Educação, as atividades no tempo comunidade eram produção de textos sobre a origem de suas famílias e a relação com a luta pelos direitos sociais.

No módulo II, em Didática e Prática de Ensino, as atividades foram relatório de livro, descrição da sala de aula, observação de relato de sala de aula e síntese das aulas observadas, ressaltando que as salas de aula observadas eram de escolas localizadas nos assentamentos e comunidades as quais os alunos residiam.

No módulo IV, em Ensino e Pesquisa de Matemática, a atividade foi o planejamento de duas aulas e estágio e o relatório de análise das aulas ministradas. Na disciplina Didática e Formação de Professores a atividade foi o planejamento de três dias de aulas e estágio. Em Arte e Educação a atividade era propor e desenvolver uma ação educativa em sua comunidade. No módulo VII na disciplina de Didática e Formação de Professores a atividade era a de reelaborar o projeto de pesquisa sobre Leitura e Escrita, planejar e executar três aulas e analisar as aulas em relação aos objetivos da pesquisa e do referencial teórico do projeto.

Outro aspecto importante a ser mencionado, se trata das monografias realizadas durante o curso e apresentadas ao final do mesmo como. Foram apresentadas cinquenta e nove monografias, sendo que destas algumas se destacam por possuir relação direta com o tema Educação do campo. Abaixo o título das monografias;

**Quadro 2. Títulos de Monografias do curso de Pedagogia da Terra FE/UFG que possuem relação direta com a educação do campo**

Políticas públicas para Educação do Campo: O que avança e o que permanece como desafio no cenário atual
A proposta política e pedagógica da Educação do Campo no assentamento Ernesto Che Guevara
Políticas públicas para a juventude do campo
Formação de professores para atuação no campo
Educação Ambiental para a Educação do/no campo
Educação do Campo
A prática pedagógica na escola do campo
A proposta de educação escolar do MST para as escolas do campo
Educação infantil do/no campo
Políticas públicas para o ensino Fundamental no/do campo

Fonte: Relatório do módulo IX do curso de Pedagogia da Terra, 2011 p. 1-9.

De acordo com os relatórios do curso, ao final de cada módulo, os alunos faziam uma avaliação das atividades realizadas, algumas tiveram pontos positivos, mas os alunos relataram aspectos negativos também. Alguns criticaram a falta de orientação e acompanhamento durante a realização das atividades no tempo comunidade, e disseram que tiveram dificuldades em conciliar as tarefas do curso com as suas tarefas da comunidade. Por outro lado, alguns grupos de estudantes elogiaram a integração e participação de integrantes do curso, principalmente pela solidariedade prestada uns aos outros.

A realização do curso de Pedagogia da Terra possui alguns aspectos importantes a serem destacados. Como o curso foi desenvolvido fora do espaço de vivência dos estudantes, estes tiveram que ser deslocados e foram alojados no próprio recinto da Universidade, que no caso foi na Faculdade de Educação. Os alunos tiveram problemas de convivência principalmente no início do curso, porém, ao longo do tempo reconheceram a importância da vivência no coletivo, relatando ao final do curso que “a moradia em conjunto foi [...] muito educativa, pois exigiu do grupo organização e tolerância quanto a diferenças entre pessoas e movimentos sociais...” (Loureiro e Clímaco, 2013, p 473).

Para os alunos, alguns professores não aproveitaram bem o tempo de aula, alguns alunos foram descompromissados e parte dos funcionários e alunos dos cursos regulares da FE não entendeu a organicidade do grupo, causando constrangimentos em alguns momentos. Mesmo com as dificuldades para a realização do curso, apenas dezoito alunos desistiram, desistência determinada por motivos diversos como não adaptação à rotina de um curso superior, problemas de saúde, dificuldade em ausentar de suas casas ou mesmo, a não identificação com a proposta do curso.

Formaram-se pedagogos, cinquenta e nove estudantes que, reconheceram a importância do curso para a sua prática de ensino e fizeram um balanço positivo ao final do curso. Segundo Loureiro e Clímaco (2013) “[...] acerca da contribuição do curso para os alunos e para os movimentos e pastorais, praticamente todos ressaltaram a importância da aquisição de fundamentação teórica para uma prática pedagógica que muitos já exerciam, seja como professores de escolas, seja em atividades de educação popular” (p 476).

Tanto para a Faculdade de Educação que realizou um curso distinto do oferecido regularmente, quanto para os alunos e os professores, o que se percebe e que todos conseguiram apreender aspectos relevantes ao final do curso, saindo com a sensação de bom aproveitamento dessa experiência.

Figura 8: Foto dos Formandos do curso de Pedagogia da Terra FE/UFG



Fonte: Ascom/UFG

### **2.2.2 Curso de Licenciatura em Educação do Campo**

O curso de *Licenciatura em Educação do Campo* oferecido na UFG regional de Catalão foi criado em 2013, sendo que este começou a ser discutido em 2012, quando nesse mesmo ano sua proposta de curso concorreu ao edital de seleção nº 2/2012 – SESU/SETEC/SECADI/MEC de 31 de agosto de 2012, que se trata da chamada pública para seleção de Instituições Federais de Educação Superior (IFES).

De acordo com o Projeto Político do Curso (PPC) a oferta do curso no estado de Goiás e na cidade de Catalão se justifica pelos seguintes aspectos,

[...] inexistência dessa habilitação em localidades do Estado de Goiás próximas à instituição e no Departamento proponente do projeto. As iniciativas de formação direcionada para o educador do campo em estados que divisam com o Sudeste Goiano, não conseguem atender tais demandas, comprovando a escassez na formação de professores nesta área. Acrescenta-se a isso a falta de profissionais aptos do ponto de vista filosófico e conceitual e, cujo público tenha interface e relações com o meio rural, ou ainda, agentes interessados em atuar neste contexto. (BRASIL, 2014 p. 9)

O curso terá a duração de quatro anos, com a carga horária de 3507 horas, divididas entre a modalidade presencial e em regime de alternância, conforme exigência do Procampo, para a oferta desse curso de licenciatura, sendo assim a carga horária das disciplinas é dividida entre o Tempo Universidade e o Tempo Comunidade, sendo que, no tempo comunidade as atividades são feitas com o acompanhamento dos professores.

As atividades divididas entre o Tempo Universidade e o Tempo Comunidade é uma estratégia importante, pois tais,

[...] estratégias definem-se na valorização das vivências sócio-culturais dos estudantes por meio do uso de metodologias que promovam o intercâmbio entre formação e experiência de vida no Campo; Prática integrada de ensino, pesquisa e extensão como espaços interdependentes para a formação do Licenciado em Educação do Campo Ciências da Natureza; Imersão no objeto de formação (a docência e o ensino em Escolas do Campo) nas áreas de afinidade das Ciências da Natureza, por meio da humanização da docência, da discussão ética da profissão, da compreensão da escola na sua totalidade: princípios pedagógicos, sociabilidade e relações comunitárias, práticas de ensino e aprendizagem além da gestão. (BRASIL, 2014)

Para o ingresso no curso são estabelecidos alguns critérios de prioridade. Em primeiro lugar, se prioriza profissionais que já atuam no ensino fundamental e no ensino médio, mas que não possuem formação. Em segundo lugar, a prioridade é para as pessoas que trabalham com atividades educativas com jovens e adolescentes em instituições rurais, e por último para as pessoas que tenham interesse em atuarem na educação do campo.

O principal objetivo do curso é a formação de profissionais habilitados para atuarem na docência de disciplinas relacionadas às Ciências da Natureza, nos anos finais do Ensino Fundamental, na Educação de Jovens e adultos (EJA) e no Ensino Médio, pretendendo “que sejam sensíveis e atuantes na defesa dos direitos e no respeito à especificidade da vida, do trabalho, da escolarização e educação do campo” (BRASIL, 2014 p. 7).

Segundo o projeto pedagógico desse curso, este, possui grande importância, pois, “a discussão de políticas públicas que atendam à população do campo deve sustentar as propostas de uma Educação Básica do Campo, condizente com a demanda do campo, por meio de medidas que promovam o desenvolvimento social e garantam a valorização da população do campo” (BRASIL, 2014 p. 8).

Em relação ao Estágio Curricular Obrigatório, que no presente Curso de Licenciatura recebe o nome de Estágio Docente, ocorrerão em regime semestral a partir do 5º período, e serão organizados em: Docência de Ciências da Natureza nos Anos Finais do Ensino Fundamental; Docência de Ciências da Natureza no Ensino Médio e Docência de Ciências da Natureza na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. As atividades de estágio ocorrem em Instituições escolares das comunidades ou proximidades dos estudantes, que atendam às demandas pré-estabelecidas.

Também de acordo com o PPC, no decorrer do curso os alunos poderão desenvolver atividades em comunidades rurais diferentes, seja em assentamentos, distritos ou povoados, de origem dos educandos, “com a finalidade de estabelecer a interlocução com o meio, possibilitar atividades de extensão e pesquisa e acompanhar coletivamente as ações realizadas no Tempo-Comunidade” (BRASIL, 2014).

O processo de formação desse curso possibilita ao aluno, após a sua formação, condições de repassar os conceitos do que é a educação do Campo, “por meio da prática pedagógica escolar ou mesmo pelo desenvolvimento de práticas educativas comunitárias” (BRASIL, 2014), tendo em vista que,

- [...] a capacidade desenvolvida pelo licenciado envolve a compreensão conceitual e contextual das comunidades e do meio em que se inserem;
- A partir do domínio dos conhecimentos construídos na formação, deverá ser capaz de promover a discussão, mobilização e transformação nas escolas do campo, bem como, na sua relação com o sistema de ensino;
- Ser capaz de compreender a dinâmica dos processos de trabalho no Campo, bem como, contribuir para sua melhoria;
- Aliar os conteúdos interdisciplinares de Ciências da Natureza ao contexto da prática pedagógica, na perspectiva do diálogo e da construção coletiva do conhecimento;
- Planejar, organizar e concretizar o trabalho pedagógico a partir de cada realidade escolar e comunitária. (BRASIL, 2014)

Outro aspecto de grande relevância no processo de formação dos professores do curso de Licenciatura em Educação do Campo é a Prática como Componente Curricular (PCC), que está presente nas disciplinas desde o 1º período, tendo como objetivo “[...] formar um profissional crítico, reflexivo e construtor do trabalho educacional” (BRASIL, 2014 p.47), tendo como o Seminário de Integração o momento



para a integração de todas as disciplinas e das atividades realizadas no tempo comunidade.

A matriz curricular do curso é organizada da seguinte forma,

**Quadro 3 : Matriz curricular do curso de licenciatura em Educação do Campo Regional Catalão**

DISCIPLINAS	CH TEÓRICA	CH PRAT	TOTAL	NÚCLEO	PCC
<b>Primeiro semestre</b>					
Políticas e Gestão da Educação	32	32	64	NC	32
Realidade Brasileira do Campo	32	32	64	NC	32
Leitura e Produção de Textos I	32	32	64	NC	32
Matemática para Ciências Natureza I	32	32	64	NC	32
Introdução as Ciências da Natureza e Educação do Campo (Biologia)	32	32	64	NE	32
Seminário de Integração	8	8	16	NC	8
DISCIPLINAS	CH TEÓRICA	CH PRAT	TOTAL	NÚCLEO	PCC
<b>Segundo período</b>					
Psicologia da Educação I	32	32	64	NC	32
Sociologia e Educação do Campo	32	32	64	NC	32
Leitura e Produção de Textos II	32	32	64	NC	32
Matemática para Ciências Natureza II	32	32	64	NC	32
Ciências da Natureza: Biologia	32	32	64	NE	32
Seminário de Integração	8	8	16	NC	8
DISCIPLINAS	CH TEÓRICA	CH PRAT	TOTAL	NÚCLEO	PCC
<b>Terceiro período</b>					
Psicologia da Educação II	32	32	64	NC	4
Educação especial e inclusão	32	32	64	NC	4
Ciências da natureza: Química I	32	32	64	NE	4
Ciências da natureza: Biologia II	32	32	64	NE	4
Ciências da natureza: Física I	32	32	64	NE	4
Seminário de integração	8	8	16	NC	8
DISCIPLINAS	CH TEÓRICA	CH PRAT	TOTAL	NÚCLEO	PCC
<b>Quarto período</b>					
Laboratório de Ensino de Ciências da Natureza (Biologia)		64	64	NE	64
Questão Agrária e Agricultura Familiar	32	32	64	NC	4
Ciências da Natureza: Química II	32	32	64	NE	4
Ciências da Natureza e Ensino de Biologia	32	32	64	NE	4
Ciências da Natureza: Física II	32	32	64	NE	4
Seminário de Integração	8	8	16	NC	8
DISCIPLINAS	CH TEÓRICA	CH PRAT	TOTAL	NÚCLEO	PCC
<b>Quinto período</b>					
Fundamentos Filosóficos Sócio-Históricos da Educação	32	32	64	NC	4
Laboratório de Ensino de Ciências da Natureza (Química)		64	64	NE	64
Ciências da Natureza e Ensino de Química	32	32	64	NE	4
Didática e Formação de Professores do Campo	32	32	64	NC	4
Ciências da Natureza e Ensino de Física	32	32	64	NE	4
Seminário de Integração	8	8	16	NC	8

Estágio de Docência I (Biologia)			100	NE	4
<b>DISCIPLINAS</b>	<b>CH TEÓRICA</b>	<b>CH PRAT</b>	<b>TOTAL</b>	<b>NÚCLEO</b>	<b>PCC</b>
<b>Sexto período</b>					
Laboratório de Ensino de Ciências da Natureza	4	60	64	NE	64
Pesquisa em Educação	32	32	64	NC	4
Ensino de Biologia e a Educação do Campo	32	32	64	NE	4
Ensino de Física e a Educação do Campo	32	32	64	NE	4
Língua brasileira de sinais (Libras)	32	32	64	NC	4
Seminário de Integração	8	8	16	NC	8
Estágio de Docência II (Física)			100	NE	4
Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso I (não é disciplina)			30	NC	
<b>DISCIPLINAS</b>	<b>CH TEÓRICA</b>	<b>CH PRAT</b>	<b>TOTAL</b>	<b>NÚCLEO</b>	<b>PCC</b>
<b>Sétimo período</b>					
Currículo, cultura e avaliação	32	32	64	NC	4
Educação Popular e Movimentos Sociais	32	32	64	NC	4
Núcleo Livre I	32	32	64	NC	4
Ensino de Química e a Educação do Campo	32	32	64	NE	4
Seminário de TCC	32	32	64	NC	4
Seminário de Integração	8	8	16	NC	8
Estágio de Docência II (Química)			100	NE	4
Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso II (não é disciplina)			30	NC	
<b>DISCIPLINAS</b>	<b>CH TEÓRICA</b>	<b>CH PRAT</b>	<b>TOTAL</b>	<b>NÚCLEO</b>	<b>PCC</b>
<b>Oitavo período</b>					
Diversidade e Cultura	32	32	64	NC	4
Núcleo livre II	32	32	64	NC	4
Educação de jovens e adultos	32	32	64	NC	4
Seminário de TCC	32	32	64	NC	4
Ciência, tecnologia e sociedade	32	32	64	NC	4
Seminário de integração	8	8	16	NC	8
Estágio de Docência IV			100	NE	4
Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso III (não é disciplina)	30			NC	
<b>TOTAL</b>					<b>3507</b>

Fonte: PCC do curso de Licenciatura em Educação do Campo- Regional Catalão

Como podemos observar no quadro da matriz curricular do curso, as disciplinas são organizadas em três núcleos: Núcleo Comum (NC), Núcleo Específico (NE) e Núcleo livre, tendo em vista que, estes três núcleos devem fazer parte do currículo de qualquer curso de graduação ofertada na UFG de acordo com o RGCG. A seguir, apresentarei algumas das ementas das disciplinas ofertadas no curso que tratam de forma direta da educação do e para o campo, tais disciplinas estão descritas no quadro acima.

Na disciplina Políticas e Gestão da Educação do Campo a ementa é a seguinte,

Introdução à Educação do Campo. O Movimento por uma Educação do Campo: história e desenvolvimento. Políticas e programas de Educação do Campo. A legislação específica. Os movimentos sociais e a delimitação de propostas alternativas. A escola frente aos imperativos de gerenciamento externo. O trabalho docente na sociedade capitalista (BRASIL, 2014, p.49).

Dentre os autores da bibliografia dessa disciplina alguns são Antonio Munarim, Mônica Molina, Sérgio Leite, Roseli Caldart, Helena Freitas e Célia Vendramini, dentre outros. Estes autores trazem em seus trabalhos uma contextualização da educação rural no Brasil, bem como, a Educação do Campo no cenário das políticas públicas e os avanços conquistados e os desafios enfrentados, principalmente pelos movimentos sociais que defendem a educação do campo.

Na disciplina *Realidade Brasileira do Campo*, a ementa compreende os seguintes aspectos,

Visão da formação social do Brasil. Processos políticos e identidade. A estrutura agrária brasileira desde a Colônia. Questões contemporâneas do Campo e sua relação com o campo. A constituição histórica do homem do campo e suas relações com os modos de produção existentes no Brasil com ênfase nas relações de trabalho e de constituição social (BRASIL, 2014 p.51).

Dentre os autores principais estão José Graziani e Jadir de Moraes Pessoa que trazem em suas produções pesquisas sobre a questão agrária do Brasil, desde o início da colonização até a sociedade nos dias atuais, além disso, Jadir Pessoa dedica parte de seus trabalhos para pesquisar a questão agrária e a sociedade camponesa no estado de Goiás.

Em *Sociologia e Educação do Campo* a ementa aborda os seguintes aspectos “Educação, sociedade e Sociologia. Concepções de educação nos clássicos da sociologia (Durkheim, Marx e Weber). As teorias da reprodução em educação. A compreensão sociológica da educação no Brasil a partir da obra Florestan Fernandes.” (GOIÁS, 2014 p.55). Alguns dos autores da referência bibliográfica são Ana, Émile Durkheim, Max Weber, João Valdir Alves Sousa, Demerval Saviani e Florestan Fernandes, entre outros. Dentre os sociólogos citados acima, Florestan Fernandes pesquisou sobre muitas temáticas, dentre elas, educação e sociedade brasileira em seus diferentes espaços geográficos, podendo dessa forma contribuir com o tema sociologia e educação do campo.

Na disciplina *Questão Agrária e Agricultura Familiar* a ementa visa trabalhar “A questão fundiária no Brasil. A Lei de Terras, o Estatuto da Terra e a Reforma

Agrária. Movimentos sociais e reforma agrária. Agricultura familiar e o Pronaf. Agricultura familiar e sustentabilidade. Agricultura familiar: dinâmica de produção e gestão do trabalho. O agricultor familiar como ator político” (GOIÁS, 2014 p.66). Os autores trabalhados nessa disciplina são Octávio Ianni, José de Souza Martins, Florestan Fernandes e Maria José Carneiro. Estes autores, principalmente Octávio Ianni, José Martins e Maria José Carneiro são importantes pesquisadores que possuem como linha de pesquisa a questão agrária, a sociedade camponesa e a questão política no campo.

A disciplina *Didática e Formação de Professores do Campo* possui em sua ementa o seguinte “Didática, origem e desenvolvimento. A sistematização do ensino como experiência e a sua transformação em prática de docente. Relação ensino e aprendizagem. Parâmetros para a Didática em Escolas do Campo” (GOIÁS, 2014 p.73). Os principais autores trabalhados são Celso Antunes, Sérgio Junqueira, Carlos Cardoso Silva e Marilza Vanessa Rosa Suanno, que escrevem sobre a importância da prática pedagógica, da ação docente e da didática do professor, independente do espaço geográfico que a escola esteja inserida.

Na disciplina *Educação Popular e Movimentos Sociais*, a ementa contempla “Movimentos sociais do campo. Movimentos sociais e Educação Popular. O pensamento político de Paulo Freire. Educação popular e educação do campo” (GOIÁS, 2014 p.81) tendo como principais autores Carlos Rodrigues Brandão, Paulo Freire e Leonilde Sérvalo de Medeiros, autores que tratam da educação popular no Brasil, da educação e dos movimentos sociais do campo.

Essas disciplinas foram apresentadas, pois, possuem em suas ementas e referências bibliográficas, elementos que demonstram de fato, preocupação em formar educadores para o campo que possam compreender a realidade do campo em seus diferentes aspectos, como políticos e sociais. Esse curso de licenciatura é recente e está em pleno desenvolvimento, mas como observamos na descrição dos planos das disciplinas, estas trazem autores como Paulo Freire, Carlos Brandão, Octávio Ianni, Florestan Fernandes, Maria José Carneiro, Jadir Pessoa, Antonio Munarim, Mônica Molina, Sérgio Leite, Roseli Caldart, Helena Freitas, Célia Vendramini dentre tantos outros, que vem ao longo dos anos discutindo sobre essa problemática, de modo que, o curso possui grande embasamento teórico.

É importante destacar que esse curso de licenciatura é fruto de um processo que começou a ser discutido desde a I Conferência por uma Educação do Campo e que

teve como marco efetivo de sua estruturação as Diretrizes Operacionais da Educação Básica para as Escolas do Campo aprovada em 2002.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal desse trabalho foi analisar a reconfiguração da educação do campo no Brasil, após o século XX. Para tanto, fez-se, primeiramente, uma contextualização histórica, buscando apresentar o cenário de lutas pela educação no meio rural com qualidade e os projetos que buscam contemplar as reivindicações de movimentos sociais que tratam de questões ligadas ao campo e de educadores que estão ao longo dos anos discutindo e apresentando debates para contribuir com o desenvolvimento da Educação do e no campo.

Ao realizar essa pesquisa, pude compreender de forma bastante significativa como ocorre de fato o processo da oferta da educação do campo, entendendo os motivos pelos quais muitos educadores e movimentos sociais lutam em defesa dessa temática. Apresentei ao longo dessa discussão os principais projetos e ações que estão sendo desenvolvidas pelo governo federal, juntamente, com estados e municípios para que a educação oferecida aos povos do mundo rural de fato contemple os seus interesses e os principais caminhos percorridos pela educação rural, até chegarmos à definição dessa nova temática que nos é apresentada hoje como educação do campo.

Uma das principais reivindicações para que esta educação de fato ocorra é a respeito da formação dos educadores, mesmo entendendo que esse problema é bastante complexo e que está muito longe de ser resolvido, não podemos deixar de contemplar as ações que estão sendo desenvolvidas e que demonstram ter interesse em contribuir para a melhora do ensino nesse contexto.

Levando em consideração todos os aspectos vistos, ao longo dessa pesquisa, se percebe que, é preciso que haja mais preocupação por parte dos governantes em atender a sociedade de forma completa, atendendo os seus objetivos, as suas reivindicações, independente de seu espaço geográfico.

O curso de Pedagogia da Terra e Licenciatura em Educação do campo são projetos de grande relevância, pois buscam formar profissionais preocupados com o meio rural, compreendendo os seus costumes, seus hábitos e suas origens. A formação de professores é um processo enriquecedor, tendo em vista que, compreender a sociedade na sua forma mais ampla, respeitando a diversidade e as diferentes culturas é uma das principais funções da educação.

Esses dois projetos para a formação de professores do campo se distinguem em vários aspectos. O curso de Pedagogia da Terra é constituído Por movimentos sociais,

como o MST, o MAB e a CPT em conjunto com as universidades públicas, além disso, o curso ministrado na UFG foi composto pelas mesmas disciplinas do curso regular de Pedagogia, diferenciando pelas disciplinas oferecidas no NL. O curso de Licenciatura em Educação do Campo é um projeto do governo federal, a grade curricular é pensada de forma que as disciplinas contenham conteúdos que são específicos do campo.

Tendo em vista que, por um lado a luta pela oferta da Educação do campo é um tema de muita discussão, e por outro lado, é um tema de pouco conhecimento por grande parte da sociedade, se percebe a importância em ampliar o debate e as reflexões sobre essa temática, por meio de pesquisas que possam contribuir para a criação de alternativas que melhorem principalmente a demanda de cursos de formação para educadores do campo.

## REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel Gonzáles. **Políticas de formação de educadores (as) do campo**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 157-176, maio/ago. 2007.
- BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação do Campo: diferenças mudando paradigma**, Cadernos SECAD 2. Brasília, 2007.
- \_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Diretrizes operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. PARECER N.º 36/2001. Brasília, DF, 2001.
- \_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Operacionais para Educação Básica das Escolas do Campo**: Resolução CNE/CEB 1, 2002.
- \_\_\_\_\_. Congresso Nacional. **Política de educação do campo e Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária**. Decreto nº7.352/2010. Brasília, 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm). Acesso em 21/09/2014.
- \_\_\_\_\_. Congresso Nacional. **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério**. Brasília, 1996. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19424.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19424.htm). Acesso em 10/11/2014.
- \_\_\_\_\_. Congresso Federal. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**: Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm). Acesso em 20/08/2014.
- \_\_\_\_\_. Congresso Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: 1988. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm). Acesso em 18/08/2014.
- \_\_\_\_\_. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em 26/07/2014.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Escola da Terra**. Brasília, 2013. Disponível em: [http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=3&ved=0CC0QFjAC&url=http%3A%2F%2Fportal.mec.gov.br%2Findex.php%3Foption%3Dcom\\_docman%26task%3Ddoc\\_download%26gid%3D13476%26Itemid%3D&ei=e1dzVlusE4eUNpX1gbgP&usg=AFQjCNGsn51CTOFN\\_ziaCshavqEJ7VB8RQ&sig2=wWlqEWxaJivPKCxfQnNeNA](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=3&ved=0CC0QFjAC&url=http%3A%2F%2Fportal.mec.gov.br%2Findex.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D13476%26Itemid%3D&ei=e1dzVlusE4eUNpX1gbgP&usg=AFQjCNGsn51CTOFN_ziaCshavqEJ7VB8RQ&sig2=wWlqEWxaJivPKCxfQnNeNA). Acesso em : 01/10/2014.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Grupo Permanente de Trabalho do Campo**. Disponível em: <http://artenocampo.files.wordpress.com/2013/09/mec-referc3a3c2aancias-politicas-edoc.pdf>. Acesso em, 20/08/2014.



\_\_\_\_ Ministério da Educação. **Programa Nacional de educação do campo.** Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=18720&Itemid=817](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18720&Itemid=817). Acesso em 20/08/2014.

\_\_\_\_ Ministério da Educação. **Programa Nacional de educação do Campo. Documento Orientador.** Brasília, 2013. Disponível em: [http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=3&ved=0CC4QFjAC&url=http%3A%2F%2Fportal.mec.gov.br%2Findex.php%3Foption%3Dcom\\_docman%26task%3Ddoc\\_download%26gid%3D13214%26Itemid%3D&ei=7IVzVOLmOoOZNo2ogugL&usg=AFQjCNHkVZMQb01pOMpdkMjp-eT5\\_psfRg&sig2=I94Wt22O\\_uuEo1LkxF9aSA](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=3&ved=0CC4QFjAC&url=http%3A%2F%2Fportal.mec.gov.br%2Findex.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D13214%26Itemid%3D&ei=7IVzVOLmOoOZNo2ogugL&usg=AFQjCNHkVZMQb01pOMpdkMjp-eT5_psfRg&sig2=I94Wt22O_uuEo1LkxF9aSA). Acesso em 01/10/2014.

\_\_\_\_ Ministério da Educação. **Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo.** Disponível em [http://mecsrv125.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12394&Itemid=679](http://mecsrv125.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12394&Itemid=679). Acesso em 22/09/2014.

\_\_\_\_ Ministério da Educação. **Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária.** Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.lepel.ufba.br/PNERA.pdf>. Acesso em 10/10/2014.

\_\_\_\_ Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.** Manual de Operações. Brasília, 2004. Disponível em [http://www.incra.gov.br/sites/default/files/programa\\_nac\\_educacao\\_reforma\\_agraria.pdf](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/programa_nac_educacao_reforma_agraria.pdf). Acesso em 09/09/2014.

\_\_\_\_ Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Conselho Nacional de Desenvolvimento rural Sustentável.** Brasília, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4854.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4854.htm). Acesso em 20/09/2014.

\_\_\_\_ Universidade Federal de Goiás. **Regulamento Geral dos Cursos de Graduação.** Disponível em: [http://sistemas.ufg.br/consultas\\_publicas/resolucoes/arquivos/Resolucao\\_CEPEC\\_2012\\_1122.pdf](http://sistemas.ufg.br/consultas_publicas/resolucoes/arquivos/Resolucao_CEPEC_2012_1122.pdf). Acesso em 17/11/2014.

\_\_\_\_ Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Educação. **Relatório de Avaliação do Módulo I do Curso de Pedagogia - Convênio /Pronera/Incra/ FE/UFG/ Via Campesina.** Goiânia, 2007.

\_\_\_\_ Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Educação. **Relatório de Avaliação do Módulo VII e VIII do Curso de Pedagogia - Convênio /Pronera/Incra/ FE/UFG/ Via Campesina.** Goiânia, 2010.

\_\_\_\_ Universidade Federal de Goiás. Regional Catalão. **Licenciatura em Educação do Campo.** Proposta de Projeto Pedagógico de Curso. Catalão, 2014. CALAZANS, Maria J. C. **Para compreender a educação do estado no meio rural – Traços de uma trajetória.** In: THERIEN, Jacques e DAMASCENO, Maria Nobre (Orgs). Educação e escola no campo. Campinas: Papirus, 1993.

CALDART, Roseli Salete. **A escola do campo em movimento**. Currículo sem Fronteiras, v3 n.1, p 60-81, jan/jul 2003..

**Centro Popular de Cultura**. Disponível em: [http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia\\_ic/index.cfm?fuseaction=marcos\\_texto&cd\\_verbete=3752](http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm?fuseaction=marcos_texto&cd_verbete=3752). Acesso em 05/09/2014.

**Comissão Pastoral da Terra**: Disponível em : <http://cptnacional.org.br/index.php/quem-somos/-historico>. Acesso em 20/08/2014.

Fórum EJA Brasil: **Centro Popular de Cultura**: Disponível em <http://forumeja.org.br/df/sites/forumeja.org.br.df/files/lleitura.pdf.pdf>. Acesso em 19/09/2014.

Fórum EJA Brasil: **Movimento de Cultura Popular**. Disponível em: <http://forumeja.org.br/files/viver.pdf>. Acesso em 19/09/2014.

Fórum EJA Brasil. **Movimento de Educação de Base**. Disponível em : <http://forumeja.org.br/df/sites/forumeja.org.br.df/fil>

GERMANO, José willington: **Estado militar e educação no Brasil: 1964/1985; Um estudo sobre a política educacional**. 1990. 444 f. Dissertação (Doutorado em Educação) Unicamp. Campinas.

GOIÁS. **I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo**. Texto-Base. Luziânia, 1998.

GOIÁS. **II Conferência Nacional por uma Educação do Campo**. Texto-base. Luziânia, 2004.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed.São Paulo : Atlas 2003.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. Col. Questões da nossa época. São Paulo: Cortez, 1999.

LIMA, Roseli Ferreira. **Formação continuada de professores da Escola do Campo em Cárceres- Mato Grosso: Identidades em construção**. 2013. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Unimat. Cárceres.

LOUREIRO, Walderês Nunes, CLÍMACO, Arlene Carvalho de Assis. **Formação de professores e diversidades, Programas e práticas pedagógicas**. Revista *Retratos da Escola*, Brasília, v. 7, n. 13, p. 467-479, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Acesso em 17/11/2014.

MAIA, Eni Marisa. **Educação Rural no Brasil: O que mudou em 60 anos?** Em Aberto, ano 1, v 9, p. 26-33,set. 1982.

MOLINA Mônica Castagna, FREITAS Helana Célia de Abreu. **Avanços e desafios na construção da Educação do Campo**. Em Aberto, v. 24, n. 85, p. 17-31, abril. 2011.

**Movimento de educação de base**. Disponível em: <http://www.meb.org.br/index.php/quem-somos>. Acesso em 2008/2014.

**Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Disponível em: <http://www.mst.org.br/taxonomy/term/324>. Acesso em 20/08/2014.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Fórum Nacional de Educação do Campo**. Disponível em: <http://www.mst.org.br/Forum-Nacional-de-Educacao-do-Campo-demonstra-unidade-entre-os-movimentos>

MUNARIM Antonio. **Educação do Campo no Cenário das Políticas Públicas na Primeira Década do Século 21**. Em Aberto, v. 24, n. 85, p. 51-63, abril. 2011.

MENDONÇA, Valéria Márcia. **Educação Popular: experiências de Rádio-educação no Brasil, de 1922 a 1960**. B. Téc. SENAC, v.33, n.1, p.29-40, jan/abril. 2007. Disponível em: [http://www.senac.br/BTS/331/artigo\\_03.pdf](http://www.senac.br/BTS/331/artigo_03.pdf). Acesso em 20/08/2014.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola, 1987.

QUEIROZ, João Batista Pereira de: **O Processo de Implantação da Escola Família Agrícola (EFA) de Goiás**. 1997.279 f. Dissertação (Mestrado em Educação) UFG. Goiás.

ROCHA, Eliene Novaes; PASSOS, Joana Célia dos; CARVALHO, Raquel Alves de. **Educação do Campo: um olhar panorâmico**. Disponível em: <http://www.forumeja.org.br/ec/files/>. Acessado em 04/07/2014.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. Ed. Ver. E atualizada . São Paulo: Cortez, 2007.

# ANEXOS

ANEXO 1  
**CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/ CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA**  
**RESOLUÇÃO CNE/CEB 1, DE 3 DE ABRIL DE 2002. (\*) (\*\*)**

Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

O Presidente da Câmara da Educação Básica, reconhecido o modo próprio de vida social e o de utilização do espaço do campo como fundamentais, em sua diversidade, para a constituição da identidade da população rural e de sua inserção cidadã na definição dos rumos da sociedade brasileira, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 -LDB, na Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e na Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que aprova o Plano Nacional de Educação, e no Parecer CNE/CEB 36/2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 12 de março de 2002, resolve:

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo a serem observadas nos projetos das instituições que integram os diversos sistemas de ensino.

Art. 2º Estas Diretrizes, com base na legislação educacional, constituem um conjunto de princípios e de procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, a Educação Indígena, a Educação Profissional de Nível Técnico e a Formação de Professores em Nível Médio na modalidade Normal.

Parágrafo único. A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país.

Art. 3º O Poder Público, considerando a magnitude da importância da educação escolar para o exercício da cidadania plena e para o desenvolvimento de um país cujo paradigma tenha como referências a justiça social, a solidariedade e o diálogo entre todos, independente de sua inserção em áreas urbanas ou rurais, deverá garantir a universalização do acesso da população do campo à Educação Básica e à Educação Profissional de Nível Técnico.

Art. 4º O projeto institucional das escolas do campo, expressão do trabalho compartilhado de todos os setores comprometidos com a universalização da educação escolar com qualidade social, constituir-se-á num espaço público de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho, bem como para o desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável.

Art. 5º As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9.394, de 1996, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.

Parágrafo único. Para observância do estabelecido neste artigo, as propostas pedagógicas das escolas do campo, elaboradas no âmbito da autonomia dessas instituições, serão desenvolvidas e avaliadas sob a orientação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e a Educação Profissional de Nível Técnico.

---

(\*) CNE. Resolução CNE/CEB 1/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 32.

(\*\*) Ver Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008, que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.

Art. 6º O Poder Público, no cumprimento das suas responsabilidades com o atendimento escolar e à luz da diretriz legal do regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, proporcionará Educação Infantil e Ensino Fundamental nas comunidades rurais, inclusive para aqueles que não o concluíram na idade prevista, cabendo em especial aos Estados garantir as condições necessárias para o acesso ao Ensino Médio e à Educação Profissional de Nível Técnico.

Art. 7º É de responsabilidade dos respectivos sistemas de ensino, através de seus órgãos normativos, regulamentar as estratégias específicas de atendimento escolar do campo e a flexibilização da organização do calendário escolar, salvaguardando, nos diversos espaços pedagógicos e tempos de aprendizagem, os princípios da política de igualdade.

§ 1º O ano letivo, observado o disposto nos artigos 23, 24 e 28 da LDB, poderá ser estruturado independente do ano civil.

§ 2º As atividades constantes das propostas pedagógicas das escolas, preservadas as finalidades de cada etapa da educação básica e da modalidade de ensino prevista, poderão ser organizadas e desenvolvidas em diferentes espaços pedagógicos, sempre que o exercício do direito à educação escolar e o desenvolvimento da capacidade dos alunos de aprender e de continuar aprendendo assim o exigirem.

Art. 8º As parcerias estabelecidas visando ao desenvolvimento de experiências de escolarização básica e de educação profissional, sem prejuízo de outras exigências que poderão ser acrescidas pelos respectivos sistemas de ensino, observarão:

I - articulação entre a proposta pedagógica da instituição e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a respectiva etapa da Educação Básica ou Profissional;

II - direcionamento das atividades curriculares e pedagógicas para um projeto de desenvolvimento sustentável;

III - avaliação institucional da proposta e de seus impactos sobre a qualidade da vida individual e coletiva;

IV - controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade do campo.

Art. 9º As demandas provenientes dos movimentos sociais poderão subsidiar os componentes estruturantes das políticas educacionais, respeitado o direito à educação escolar, nos termos da legislação vigente.

Art. 10. O projeto institucional das escolas do campo, considerado o estabelecido no artigo 14 da LDB, garantirá a gestão democrática, constituindo mecanismos que possibilitem estabelecer relações entre a escola, a comunidade local, os movimentos sociais, os órgãos normativos do sistema de ensino e os demais setores da sociedade.

Art. 11. Os mecanismos de gestão democrática, tendo como perspectiva o exercício do poder nos termos do disposto no parágrafo 1º do artigo 1º da Carta Magna, contribuirão diretamente:

I - para a consolidação da autonomia das escolas e o fortalecimento dos conselhos que propugnam por um projeto de desenvolvimento que torne possível à população do campo viver com dignidade;

II - para a abordagem solidária e coletiva dos problemas do campo, estimulando a autogestão no processo de elaboração, desenvolvimento e avaliação das propostas pedagógicas das instituições de ensino.

Art. 12 O exercício da docência na Educação Básica, cumprindo o estabelecido nos arts. 12, 13, 61 e 62 da LDB e nas Resoluções CNE/CEB nº 3/97 e nº 2/99, assim como os Pareceres CNE/CP nº 9/2001, nº 27/2001 e nº 28/2001, e as Resoluções CNE/CP nº 1/2002 e nº 2/2002, a respeito da formação de professores em nível superior para a Educação Básica, prevê a formação inicial em curso de licenciatura, estabelecendo como qualificação mínima, para a docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o curso de formação de professores em Nível Médio, na modalidade Normal.

Parágrafo único. Os sistemas de ensino, de acordo com o artigo 67 da LDB desenvolverão políticas de formação inicial e continuada, habilitando todos os professores leigos e promovendo o aperfeiçoamento permanente dos docentes. Art. 13. Os sistemas de ensino, além dos princípios e diretrizes que orientam a Educação Básica no país, observarão, no processo de normatização complementar da formação de professores para o exercício da docência nas escolas do campo, os seguintes componentes:

I - estudos a respeito da diversidade e o efetivo protagonismo das crianças, dos jovens e dos adultos do campo na construção da qualidade social da vida individual e coletiva, da região, do país e do mundo;

II - propostas pedagógicas que valorizem, na organização do ensino, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso ao avanço científico e tecnológico e respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida e a fidelidade aos princípios éticos que norteiam a convivência solidária e colaborativa nas sociedades democráticas.

Art. 14. O financiamento da educação nas escolas do campo, tendo em vista o que determina a Constituição Federal, no artigo 212 e no artigo 60 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, a LDB, nos artigos 68, 69, 70 e 71, e a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Lei 9.424, de 1996, será assegurado mediante cumprimento da legislação a respeito do financiamento da educação escolar no Brasil.

Art. 15. No cumprimento do disposto no § 2º, do art. 2º, da Lei 9.424, de 1996, que determina a diferenciação do custo-aluno com vistas ao financiamento da educação escolar nas escolas do campo, o Poder Público levará em consideração:

I - as responsabilidades próprias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o atendimento escolar em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, contemplada a variação na densidade demográfica e na relação professor/aluno;

II - as especificidades do campo, observadas no atendimento das exigências de materiais didáticos, equipamentos, laboratórios e condições de deslocamento dos alunos e professores apenas quando o atendimento escolar não puder ser assegurado diretamente nas comunidades rurais;

III - remuneração digna, inclusão nos planos de carreira e institucionalização de programas de formação continuada para os profissionais da educação que propiciem, no mínimo, o disposto nos artigos 13, 61, 62 e 67 da LDB.

Art. 16. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

FRANCISCO APARECIDO CORDÃO  
Presidente da Câmara de Educação Básica